novas da galiza

número 187
Março 2020
3 euros

em movimento
Pérez Jácome, além do espetáculo 12

corpos
Nasce a rede educativa de apoio LGBT 14

a terra treme
Greve estudantil feminista em México 18

álex rozados

8-11

As pediatras que nom regressam

A atençom primária no sistema de saúde vem padecendo cortes e precariedade laboral, sendo umha das especialidades mais afetadas a de pediatria. Este serviço fica a cada vez mais frágil ao nom cubrir-se as vagas que vam ficando livres em diversas comarcas do país.

PANÓPTICO / **16**

Sombras da lei espanhola de estrangeiria

Muitas das pessoas migrantes que chegam ao Estado espanhol vem-se atadas nas contradiçons dumha *Ley de Extranjería* que funciona como umha corrida de obstáculos: cria distinçons segundo a procedência, discrimina, e obriga a viver em situaçom de irregularidade administrativa durante anos, sem direitos e com um futuro incerto, à espera da sua oportunidade.

CONSELHO DE REDAÇOM/ Aarón L. Rivas, Alba Moledo, Charo Lopes, Isaac Lourido, Elena Martín Lores, Maria Álvares, Maria Rodinho, Raquel C. Pérez, Xian Naia S.

OPINIOM/ Isaac Lourido
OS PES NA TERRA/ Aarón L. Rivas
O BOM VIVER/ Conselho de Redaçom

CORREÇOM LINGÜÍSTICA/ Xian Naia S., Fernando V. Corredoira, Vichu García Torea, Rosa Casais, André Taboada Casteleiro
MAQUETAÇOM/ Novas da Galiza
COORDENAÇOM DE IMAGEM/ Charo Lopes
ADMINISTRAÇOM/ Miguel Valcarcel

COLABORAM NESTE NÚMERO/ Álex Rozados, Senlheiro, Lara Rozados, Cristina Martinez, Galiza Contrainfo, Ximena González, Natalia Duré, Sara Guerrero Alfaro, Luisa Cuevas Raposo, Ares Branco Lopes, Iván Cuevas, Raul Rios.

FECHO DE EDIÇOM 23/03/2020

EDITA/
Associaçom Cultural Minho Media

SUBSCRIÇONS/
assinantes@novas.gal

Os conteúdos deste jornal som de livre reproduçom, sempre que se citar procedência e se respeitar a opçom normativa

DEPÓSITO LEGAL / C-1250-02

EDITORIAL / A Saúde pública como piar de direitos fundamentais

O desmantelamento do serviço galego de saúde, Sergas, é umha longa história de muitos capítulos. Um deles, a progressiva desapariçom de consultas pediátricas na atençom primária. Várias mobilizaçons vizinhais voltárom colocar este tema na rua, sendo razom de constantes protestos nos últimos anos a falta de umha pediatra cuja vaga fica sem cobrir ao ter umha baixa prolongada ou realizar um translado. Em pediatria vem-se bem os efeitos da precariedade laboral no sector público, tanto pola falta de expetativas profissionais para escolher ficar no nosso país, em particular nas vilas e áreas rurais, como pola a cada vez mais caótica gestom das cotas. E o que acontece com a pediatria em primária é apenas um dos exemplos da falta de vontade política em manter um sistema sanitário que poda dar cobertura a todo o povo.

Esta falta de vontade política por um sistema sanitário digno contrasta radicalmente com umha populaçom empenhada em reivindicá-lo e nom ceder nos cortes. É assim que chegamos ao novo capítulo da história, a gestom da crise pola chegada ao nosso território da Covid-19. Com o serviço de saúde debilitado polos cortes no financiamento e com o Estado a reforçar o seu papel de controle e centralizaçom, será através de decisons e medidas excecionais –com os seus efeitos negativos nas vidas das classes trabalhadoras– que se sairá adiante nesta situaçom.

Talvez ainda é pronto para saber quais serám as consequências e quais as aprendizagens que deixarám este novo episódio. Algo previsível é que vam ser as pessoas mais vulneráveis as que mais vejam cortados os seus direitos e mais sofram as crises em curso e as que estám por vir. Talvez esta crise poida ser, em muitas frentes, também na saúde, oportunidade para assinalar prioridades sociais como garantir o direito à vida digna. E para colocar a saúde pública como um bem comum irrenunciável, que é necessário universalizar por completo e no qual investir para, entre outras cousas, nom continuar a ver como marcham pediatras e matroas, junto com direitos e mesmo vidas engolidas polo capitalismo.

assim nos vai

Incertezas em tempos de coronavírus

Quando estalou no nosso país a crise socio-sanitária do coronavírus a grande maioria dos textos deste número já estavam determinados e repartidos. Assim, neste número fazemos umha primeira aproximaçom sobre esta situaçom mas deixamos para o mês a seguir umha análise mais demorada do momento que estamos a viver. Os conteúdos deste número semelham falar-nos de outro mundo, mas achamos que é importante que continuem presentes para ajudar-nos a continuar pensando o país que queremos construir.

É tempo de incertezas: sobre se a enfermidade nos atingirá a nós ou a pessoas próximas, sobre os nossos futuros laborais, sobre qual será o mundo que teremos que enfrentar... As pessoas que fazemos que este jornal saia adiante agora só nos vemos através de um ecrám. E o certo é que chegamos a este momento algo faltas de energia. Antes de que a pandemia se estendesse, víamos como muita da nossa gente de redaçom estava a ter problemas para poder dedicar tempo a este projeto, pois as suas realidades laborais mudaram e dificultavam a participaçom na elaboraçom de conteúdos. Víamos também que nom encontrávamos o tempo necessário para avaliarmos esta situaçom. Por isso, quando nos juntamos e conseguimos fazer umha leitura do que estava a acontecer-nos nom só pensamos que era necessário reforçarmos a equipa –sobretodo em alguns aspetos chave como melhorar a nossa difusom online para chegar a novos públicos e reforçar tanto a base de pessoas subscritoras como de jornalistas para redaçom–, mas também estabelecer umha melhor cooperaçom entre projetos de informaçom alternativa com quem já temos laços criados.

Tocará para salvar-nos, reconhecer-nos interdependentes, tanto nas nossas vidas como nos nossos projetos militantes. Nom sabemos ainda cara a onde poderá levar-nos esta cooperaçom, nem sabemos mesmo até que nível esta poderá produzir-se, mas continuamos com vontade de que um projeto como o Novas continue vivo e adaptado ao seu tempo. Venhem tempos de aprender a criar das incertezas.

conselho de redaçom /

senlheiro

Nom poderemos juntar-nos na rua, mas podemos seguir a tecer canais de solidariedade e de organizaçom, e pensarmos nas outras que ficam fora do nosso âmbito de privilégio

O amor que nasce do extraordinário

LARA ROZADOS

Tinha pensado escrever (outra volta) do 8 de março, refletir mais uma vez na questom dos cuidados, na organizaçom dos nossos trabalhos e dos nossos dias, em como é que somente UM sindicato (a CUT) convocou greve no 8 de março este ano, como se neste tempo precário nom houvesse quem trabalhasse em domingo (a empregada do restaurante onde vais comer churrasco, as padeiras, as jornalistas, as professoras particulares em negro, o pessoal sanitário, a precária em bicicleta com a saca da Glovo às costas... Faz falta seguir?), como se nom houvesse pessoas a fazerem um trabalho ingente de cuidados que é o que sustenta a vida, que nom é remunerado, que nom goza de direitos nem feriados para as suas trabalhadoras invisíveis. Mas nom dei. Umha, pola própria (péssima) organizaçom dos meus trabalhos e dos meus dias, que me levam sempre a escrever no limite de prazo. Outra, porque a realidade destas últimas semanas deu-nos a volta de pernas para o ar.

Penso, iniciando a quarentena na casa, a reler aquele romance de Albert Camus, 'A peste' no mesmo de sempre: o que fazer

Nestes dias em particular: estado de alerta. Vírus, contágio, mortes, pandemia. Histeria coletiva, os estantes do papel higiénico vazios nos super-mercados, suspensom de tudo, o mundo parado, tele-trabalho (quem puder). Mas mentalmente fico no 8 de março. Pensando na peixeira do super que nom tem com quem deixar a miúda, pois ela tem de trabalhar, o seu homem também, e as suas famílias estão no Equador. Pensando na repartidora da Glovo. Pensando na autónoma, e também na que trabalha em negro. Nas que limpam a merda, dam de comer, transportam. Nas mulheres em prostituiçom. Nas presas (o que se passa dentro das prisons sempre fica nas margens da atualidade, mas segue a passar-se). Nas que nom tenhem casa para ficar nela. Nas sem refúgio (dizer "refugiadas" há muito tempo que constitui um oxímoro).

E penso, iniciando a quarentena na casa, a reler aquele romance de Albert Camus, *A peste*, que me dera como presente o meu caro professor de Ética no bacharelato, o Xabi, no mesmo de sempre: o que fazer. O único meio para lutar contra a peste é a honestidade, diz o doutor Rieux num momento. Também diz que nom sabe o que é a honestidade, mas sim que sabe o que é para ele, e no seu caso é o único que sabe fazer: o seu ofício. Nom poderemos juntar-nos na rua, mas podemos seguir a tecer canais de solidariedade e de organizaçom. Lermos, escrevermos, falarmos (mesmo na distância), pensarmos nas outras que ficam fora do nosso âmbito de privilégio e no que fazer (e até no que NOM fazer) se for preciso para que a precária nom esteja mais precária com esta crise. *#Ficaremcasa* nom significa ficar inativas. E lembro ao Roque Dalton: "a quem che diga que o nosso amor é extraordinário porque nasceu de circunstâncias extraordinárias diz-lhes que precisamente lutamos por que um amor como o nosso (amor entre companheiras de combate) chegue a ser em El Salvador o amor mais comum e corrente". Cuidemo-nos todas.

Lara Rozados é investigadora feminista.

Um país atravessado por um Jacobeu

CRISTINA MARTINEZ

As notícias dos últimos meses davam conta dos múltiplos impactos do Caminho de Santiago em Compostela, com destaque para os problemas de acesso à vivenda, subida dos alugueres e dos preços, saturaçom e uniformizaçom de espaços da cidade... Torna-se necessário, no entanto, pensar nas consequências (plurais) deste fenómeno tamém em áreas rurais e, no geral, abrir os olhos para todo o que o Xacobeo 2021 pode representar para a Galiza contemporânea.

Entre os materiais expostos na recentemente inaugurada Casa Museu Álvaro Cunqueiro em Mondonhedo, a temática do Jacobeu ocupa um lugar importante. A peregrinaçom é tamém o assunto central dumha exposiçom fotográfica em exibiçom no Centro Galego de Arte Contemporânea em Compostela. Estas duas coordenadas permitem evidenciar a centralidade que a matéria do Caminho tem na planificaçom cultural da Junta da Galiza. As açons de reabilitaçom patrimonial e as iniciativas culturais ocupam um lugar destacado nas linhas de atuaçom previstas dentro do "Plan Estratéxico do Xacobeo 2021", aprovado polo governo galego em meados de 2019 e dotado de 247 milhos de euros para o período 2019-2022. Articulado em torno da Conselharia de Cultura e Turismo, mas com implicaçons tamém noutras conselharias, este plano contempla igualmente importantes benefícios fiscais para as empresas que colaborem nesta iniciativa mediante donativos ou publicidade. Todo isto cria umha rede porosa que se infiltra em quase qualquer área da realidade galega: está previsto que, através dum programa extenso de ajudas, o Jacobeu seja o elemento aglutinante de múltiplas iniciativas no âmbito artístico, patrimonial, desportivo, social ou científico durante os próximos meses.

cinta arribas

O 'Plan Estratéxico do Xacobeo 2021' contempla importantes benefícios fiscais para as empresas que colaborem nesta iniciativa mediante donativos ou publicidade

Para percebermos com toda a sua complexidade este processo devemos lê-lo à luz das tendências atuais que combinam economia, turismo e açom cultural. O conhecido como capitalismo pós-fordista consagra cada vez mais a importância da cultura e da propriedade intelectual face à progressiva desapariçom da produçom material, especialmente no mundo ocidental (embora com diferentes intensidades). De forma paralela, surgem dinámicas de promoçom da imagem (da cidade, do país) –as "marcas", nesta linguagem– que aproveitam a criaçom de identidades distintivas para fomentar internacionalmente umha localizaçom a fim de fazê-la reconhecida e atrair investimentos económicos ou humanos (na forma de turistas ou de futuros habitantes). (Umha estratégia, aliás, ativada com grande sucesso pola Catalunha nos últimos anos através, por exemplo, da sua presença destacada em vários eventos culturais de prestígio internacional).

Surgem dinámicas de promoçom da imagem que aproveitam a criaçom de identidades distintivas para fomentar internacionalmente umha localizaçom e atrair investimentos económicos ou humanos

O Xacobeo 2021 deve ser interpretado dentro destas coordenadas mas surgem alguns paradoxos que evidenciam os modos de atuaçom do governo de Núñez Feijoo. Vemos como um modelo destinado principalmente ao circuito das relaçons internacionais é empregue de modo sistemático para o território próprio, substituindo muitas das atuaçons políticas necessárias por umha campanha publicitária constante. Pior ainda: a uniformizaçom dos discursos e das práticas sobre a Galiza contemporânea, obrigadas a ser jacobeias ou a nom ser.

Cristina Martinez é investigadora.

Março lilás e descentralizado

Seguindo o exemplo do ano passado com a manifestaçom nacional prévia em Lugo, este ano foi Verim, após a sua luita pola sala de partos no seu hospital, quem concentrou umha mareia lilás o dia 1 do mês. As mobilizaçons multiplicárom-se o próprio dia 8 em todas as comarcas. Fotos: Galiza Contrainfo

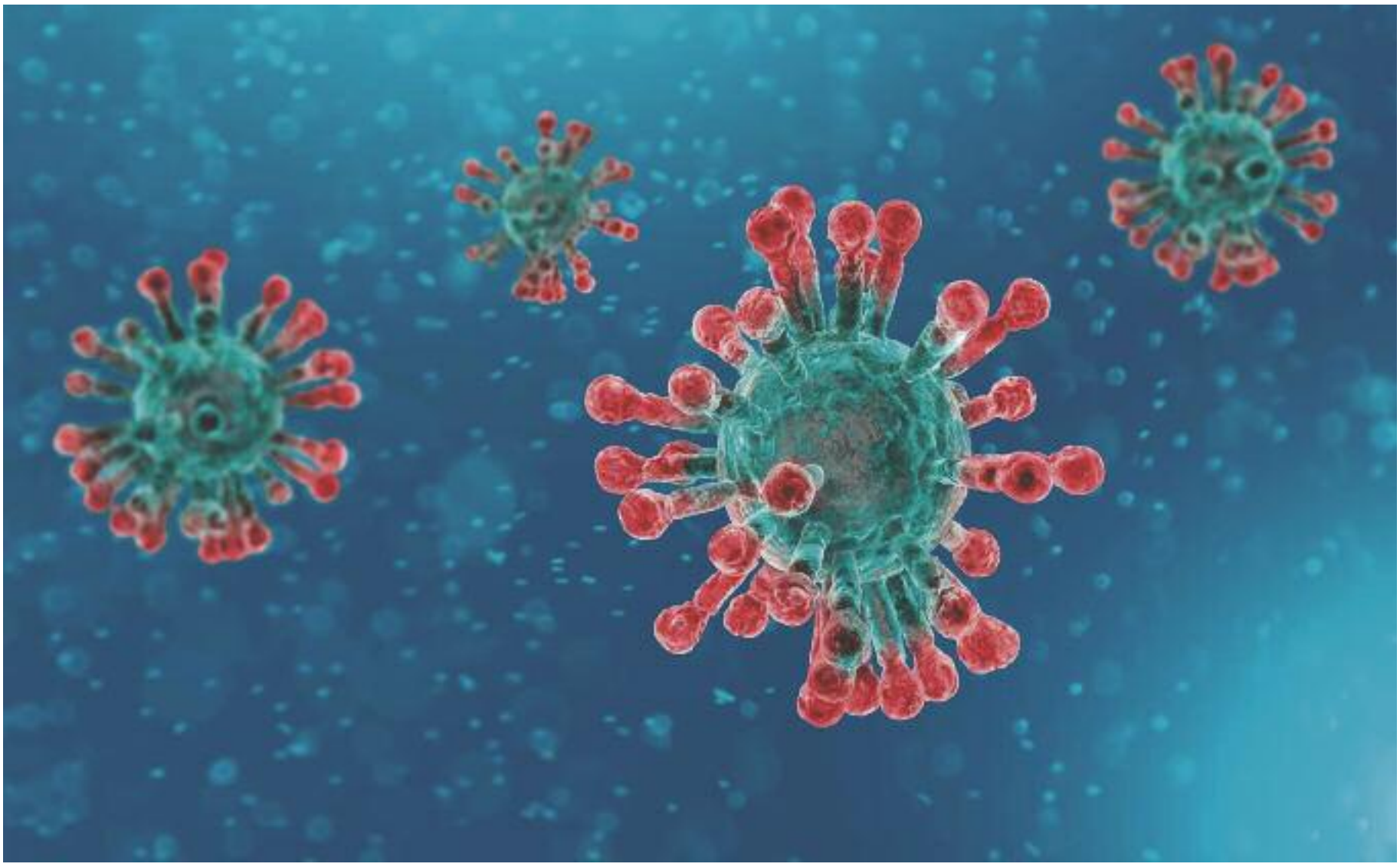
vigo

vigo

verim

vila garcia

boiro



SAÚDE E TRABALHO /

Luitas sindicais perante o coronavírus

A chegada da pandemia ao nosso país, cujo pico se estima para as primeiras semanas de abril, pom em jogo a continuidade dos postos de trabalho e a segurança de muitas trabalhadoras e trabalhadores

redaçom
conselho@novas.gal

Nos dias 12 e 13 de março a realidade acelerou-se. Já existiam casos de pessoas enfermas da Covid-19, mas foi nestas jornadas que as medidas mais drásticas começárom a se materializar. Após umha reuniom do conselho da Junta, o presidente Alberto Núñez Feijóo anunciava várias medidas como a suspensom das aulas, o feche dos centros sociocomunitários, assim como museus ou arquivos. No dia seguinte, o presidente do governo espanhol, Pedro Sánchez, anunciava a proclamaçom do estado de alarma, com a proibiçom à populaçom do estado de sair das suas casas, exceto o imprescindível, como fazer a compra ou ir ao trabalho.

A situaçom atual de queda na produtividade e de incerteza sobre o futuro das pessoas trabalhadoras, assim como da falta de medidas de segurança perante o contágio nos centros de trabalho, estám a pôr às centrais sindicais galegas diante de novos cenários. A 21 de março, o secretário geral da CIG, Paulo Carril, reclamava que "devem paralisar-se todas as atividades, exceto aquelas declaradas imprescindíveis para enfrentar esta situaçom de emergência sanitária", e que estes serviços essenciais contassem com as proteçons necessárias. Assim, Carril também denunciou a falta de coordenaçom por parte da administraçom na atençom das demandas por falta de proteçom às trabalhadoras nos seus postos. "A polícia, no canto de garantir que o pessoal que continua a trabalhar o faga de forma segura, anda a exercer umha labor de controle social pola rua", denunciava o secretário geral da CIG.

> Da CIG reclamam a paralisaçom de todas as atividades que nom sejam imprescindíveis para enfrentar a emergência sanitária

Pessoal de residências

Trabalhadoras especialmente vulneráveis estám a ser as das residências de pessoas maiores, lugares que se tenhem convertido em importantes focos de propagaçom do vírus e de mortandade. Em 20 de março a CIG-Autonómica denunciava, através de umha nota de imprensa, a falha de material de proteçom nos centros de maiores da Conselharia de Política Social e que nessa data ainda nom se

A CIG-Autonómica denunciou a falha de material de proteçom nos centros de maiores da Conselharia de Política Social: "Só ponhem meios umha vez a infeçom está dentro"

tomaram medidas de prevençom nem se dotaram de equipamentos de proteçom individual (EPIS) ao pessoal.

Segundo expom esta central sindical, "a conselharia informa aos centros de que 'só se atuaria com Epis completos no caso de positivos no centro', incumprindo assim o dever legal de prevençom do risco que tenhem que ter cara ao seu pessoal e pessoas usuárias. Quer dizer, só ponhem meios umha vez que a infeçom está dentro".

Por sua banda, da CIG-Saúde reclamárom à Junta conhecer o estado real de stock dos Epis. "A sensaçom é que estamos aplicando desde o princípio as medidas que propom o Ministério de Sanidade para casos de indisponibilidade de Epis", alertam num comunicado. "Ter a sensaçom constante de estar sendo questionados por reclamar as equipas ajeitados para cada atividade que se realiza no âmbito sanitário nom fai mais que incrementar o nível de ansiedade e desproteçom cara às trabalhadoras e trabalhadores", acrescentam.

Entre as demandas de CIG-Saúde encontra-se também que se realizem contratos de maior duraçom e estabelecer um procedimento que tenha em conta o pessoal sanitário sensível. "Detetamos a falta de medidas com as mulheres grávidas, pessoal especialmente sensível, que som obrigadas a permanecer em serviços que som referência da Covid-19 ou serviços com alta probabilidade de contacto", denunciam.

Expedientes de regulaçom

Assim, as centrais sindicais também prevêm um aumento dos Expedientes de regulaçom de emprego (ERES) e os Expedientes de regulaçom temporal de emprego (ERTES) por causas de força maior. Os motivos que podem levar a este tipo de expedientes exponhem-se no Real Decreto-Lei 8/2020 de medidas urgentes extraordinárias ante a crise sócio-sanitária do coronavírus. Se se acolhe a este processo, a empresa terá que realizar um relatório da situaçom, e a autoridade laboral terá que resolver em cinco dias. Da central sindical CUT alertam da possibilidade de que as empresas estejam a formular ERTES fraudulentos, que se encontrariam fora dos parâmetros do decreto. Assim, colocam o exemplo do acontecido com a proposta de ERTE do Burger King, que teria afetado a 14.000 trabalhadoras em todo o estado, mas que o ministério espanhol de Trabalho rechaçou ao entender que a empresa ainda poderia realizar parte da sua atividade. Deste jeito, chamam a que as trabalhadoras e trabalhadores nom colaborem com as empresas que pretendem realizar cortes no pessoal.

No sindicalismo agrário, o SLG e a Fruga reclamárom de forma conjunta a continuidade dos mercados de alimentos de proximidade

Nestas semanas, vem de formular um ERTE, que começaria a aplicar-se a partir do mês de abril, a multinacional Inditex, que poderia afetar umhas 25.000 trabalhadoras e trabalhadores de todo o estado. Da CIG-Serviços faziam umha valoraçom deste anúncio e consideravam "pungente" este ERTE quando "esse mesmo dia, [a Inditex] anuncie em todos os meios de comunicaçom que obtivo uns lucros de 3.639 milhons de euros entre o 1 de fevereiro de 2019 e o 31 de janeiro de 2020".

Sindicalismo agrário

No senso agrário, as duas centrais sindicais galegas, SLG e Fruga, reclamárom de forma conjunta a continuidade dos mercados de alimentos de proximidade nos concelhos do nosso país. Assim, lembram que estes mercados som "umha atividade económica fundamental para todas aquelas famílias labregas que optárom pola venda direta para comercializar as suas produçons, assim como para as pessoas consumidoras habituais", exponhem no comunicado. "Do SLG e a Fruga sublinhamos, e assim o denunciaremos, que os concelhos que decidam o feche de mercados de alimentos locais estarám a incorrer numha interpretaçom excessivamente restritiva das proibiçons sanitárias dirigidas a conter a pandemia da Covid-19 e mesmo contraproducente", acrescentam.

SAÚDE PÚBLICA / CORTES EM ATENÇOM PRIMÁRIA

CIG

As pediatras que nom regressam

aarón l. rivas
aaronlrivas@novas.gal

Os serviços pediátricos na atençom primária levam vários anos em crise. A recente luita pola reabertura da sala de partos em Verim, assim como as mobilizaçons e reivindicaçons ao longo de muitas das comarcas deste país reclamando a cobertura de vagas que ficárom vazias, voltam pôr o foco nesta problemática. Esta falta de cobertura das baixas e das férias das profissionais de pediatria estám a provocar consequências por todo o país deixando concelhos do rural sem assistência e núcleos urbanos com cupos que superam as 1000 crianças por pediatra. Diversas ativistas de plataformas e coletivos em defesa da pediatria e da saúde pública exponhem como estám a luitar contra esta falta assistencial.

Nom se trata de um problema novo, as reivindicaçons públicas em defesa de umha atençom pediátrica digna levam anos a sucederse, e esta problemática vai ligada também com os cortes e a precariedade laboral que estivo a se estender nos últimos anos na atençom primária. Os últimos dados oficais do Sergas indicam que em 2018 havia no nosso país umhas 321 pediatras na atençom primária, umha cifra ligeiramente inferior aos anos anteriores. Ademais desta quantidade de profissionais pediátricas, que implica a ausência deste serviço num total de 184 concelhos segundo os mesmos dados, há que acrescentar o que está a ser o principal problema nos últimos anos, que é que nom estám a cobrir-se as vagas que ficam livres quando as pediatras tenhem umha baixa de longa duraçom ou tenhem férias.

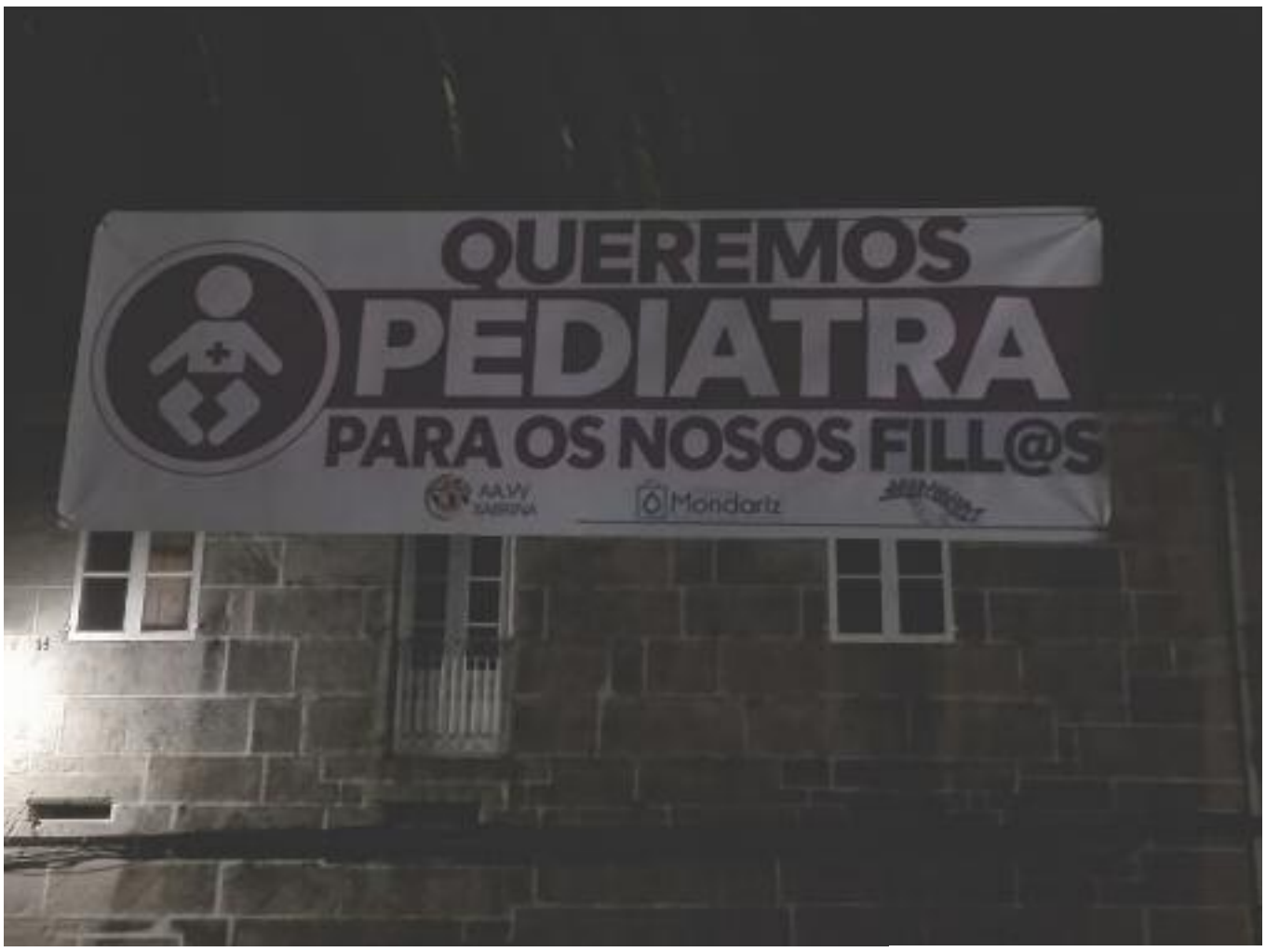
Xabier Alvedro, da CIG-Saúde de Compostela, expom que "já há anos que se leva alertando desta situaçom e nom se preocupárom de fazer umha previsom de possíveis entradas desde o nível mais baixo, da universidade, para ir ampliando o número de pessoas que estudassem isto. E as saídas nom som atrativas para quem remata em atençom primária". Alvedro salienta também a precariedade laboral que se dá tanto na pediatria como no conjunto de atençom primária. "Nom há estabilidade no trabalho pois som habituais contratos de dias soltos e isto nom resulta atrativo", expom. Alvedro acrescenta que a situaçom é algo diferente na atençom pediátrica hospitalária, que conta com mais prestígio.

Cotas desbordadas

Os problemas na atençom pediátrica atingem também as cidades. Alvedro, da CIG-Saúde, expom o que acon-

SAÚDE PÚBLICA / CORTES EM ATENÇOM PRIMÁRIA

Nom estám a cobrir-se as vagas que ficam livres quando as pediatras tenhem umha baixa de longa duraçom ou tenhem férias



Faixa em defesa do serviço de pediatria no concelho de Mondariz

tecia no ambulatório Concepción Arenal, de Compostela, nas primeiras semanas de março, onde de quatro pediatras nas quendas de manhá estavam a trabalhar só duas. Desde o mês de novembro duas pediatras estám de baixa prolongada, ao que há que somar as férias pendentes das pediatras assim como os dias de livre disposiçom. Ademais, Alvedro acrescenta "isto agrava-se quando a profissional de Conjo, quem se encontra próxima à jubilaçom, pede férias ou dias livres, os pacientes menores de três anos ou as revisons de menores de quatro meses som assumidas polo Concepción Arenal".

"As cotas estám desbordadas", acrescenta o integrante de CIG-Saúde em referência à situaçom no Concepción Arenal, "pois já som maiores de 1000 crianças". Assim, ao pedir umha citaçom para umha situaçom pontual com umha criança o mais provável é que esta citaçom nom poda realizar-se antes de um prazo de cinco dias. "Isto provoca um aumento de crianças que som atendidas sem citaçom prévia. Se já tinhas as consultas desbordadas pois ainda o vam estar mais". Outra consequência do que acontece na atençom pediátrica primária é que as crianças já nom tenham pediatras de referência e que estas sejam assistidas por várias pediatras ao longo do seu historial.

Na mesma área sanitária de Compostela, CIG-Saúde denunciou também os cortes assitenciais em pediatria no centro de saúde de Avanha, onde também se retirou recentemente à matrona. Segundo indica Xabier Alvedro, no referente à pediatria neste centro, "em Avanha estám a passar duas vezes à semana, nada mais. A alternativa que lhes davam era ir até Maçaricos, mas isso é navegar do revés, porque se vás ali e logo tes que deslocar-te para o hospital, em Compostela, vás ter que ir de mais longe".

A revolta das chupetas

No domingo 16 de fevereiro tinha lugar em Cedeira, na comarca de Ortegal e na área sanitária de Ferrol, umha grande mobilizaçom pedindo a presença de umha pediatra no centro de saúde desta vila. Este movimento deu-se em chamar 'A revolta das chupetas' e foi promovido pola plataforma vizinhal 'En Cedeira, pediatra xa'. Desta plataforma forma parte Davide Loimil, quem expom o que foi acontecendo nos últimos meses: "A pediatra titular tivo umha baixa no verao passado. A partir de começos do mês de agosto fôrom-se notando as deficiências e fôrom parcheando a situaçom enviando diferentes profissionais, nom sempre pediatras. Mas a situaçom mais grave foi a partir do mês de dezembro, pois já nom temos nengum tipo de serviço de pediatria".

Loimil salienta que por começos de março começavam a chegar informaçons de que se solucionaria a situaçom, "mas o que fam é enviar cada dia um profissional diferente e ademais numha ocasiom recente havia vários cativos citados e afinal a pessoa que supostamente ia vir nom se apresentou. Por isto, a gente está mui queimada, pois acontecem outra vez demoras nas citaçons, nas revisons dos bebés e demais".

Muitas crianças já nom tenhem pediatras de referência e som assistidas por várias pediatras ao longo do seu historial

Na quinta-feira 12 de março representantes da plataforma reunírom-se com o gerente da área sanitária de Ferrol, Ángel Facio. Porém, segundo valorou posteriormente a plataforma 'En Cedeira, pediatra xa', "a Gerência nom assumiu nengum compromisso para restituir o serviço de pediatria com normalidade, que era o objetivo da reuniom. A pesar de reconhecer a gravidade da situaçom que padecemos em Cedeira, manifestou a sua incapacidade para poder resolvê-la". Assim, realizárom umha convocatória de manifestaçom para o domingo 15 de março, a qual ia consistir numha mobilizaçom em veículos, mas que tivo que ser cancelada devido à proclamaçom do estado de alarma por parte do governo espanhol como medida para combater a expansom do Covid-19.

Numha situaçom similar à de Cedeira encontram-se também os concelhos de Moeche, Sam Sadurninho, Cerdido e As Somoças, também integrados na área sanitária de Ferrol. A vizinhança destes concelhos já começara as suas mobilizaçons antes do que em Cedeira. Assim, Davide Loimil lembra que "quando distintas famílias de Cedeira começaramos a nos contatar e iniciamos a recolhida de assinaturas, antes mesmo da grande manifestaçom, já nos achegamos a Sam Sadurninho a umha concentraçom daqueles concelhos afetados, nós da-

SAÚDE PÚBLICA / CORTES EM ATENÇOM PRIMÁRIA

Representantes de 'En Cedeira pediatra xa' ao fazer entrega no Registo de Ferrol de mais de 2.200 sinaturas

quela nom tinhamos ainda nem constituída a plataforma". Porém, Loimil assegura que o movimento em Cedeira foi colhendo um caráter preferentemente local, se bem se formulam possíveis alianças com coletivos a nível galego.

As consequências da falta de atençom pediátrica em Cedeira volta a aparecer a impossibilidade de que as crianças estejam atendidas sempre pola mesma profissional. "Nós sempre contamos que esta pediatra quando entrava na consulta sempre chamava os rapazes polo nome, entom essa qualidade na assistência perdeu-se totalmente. Agora podem derivar-nos a Valdovinho, que está sempre saturado, ou a Ferrol, e ali já nom é que nom nos atenda umha pediatra, pois habitualmente é umha médica de família, mas que ademais atende umha profissional diferente de cada vez", assinala Loimil. Denunciam assim a perigosidade destes deslocamentos polo deficiente estado da estrada que as coneta com Ferrol, assim como as dificuldades que entranha também para a conciliaçom laboral. Como mostra deste caos na atençom primária em pediatria, Loimil expom umha situaçom vivida por ele recentemente: "fomos revisar os resultados de umha analítica e a pessoa que nos atendia nom era pediatra, polo que nom conhecia os níveis exatos dos diferentes parámetros para crianças. Era umha situaçom um algo dantesca, pois ela tinha que estar whatsappeando e chamando colegas para a assessorarem".

> A situaçom complica-se no verao, quando muitos concelhos vem multiplicada a sua populaçom

Ademais desta falta de pediatria, a vizinhança da vila denuncia a falta de umha matrona desde há dous meses e também que nom se substituam as profissionais durante as férias, o que provoca alteraçons sobre todo no verao, quando a populaçom do lugar cresce significativamente.

Sem turnos de tarde

Um concelho que também nota esse incremento da populaçom estival é o de Cangas do Morraço, umha vila que também viu cortados nos últimos anos os seus serviços de atençom pediátrica e que conta com umha vizinhança pronta a luitar pola saúde pública. Carmen Nores, presidenta da associaçom A Voz da Sanidade, expom que desde o mês de outubro, data em que umha das quatro pediatras deixou a sua vaga em Cangas, esta nom foi coberta, polo que ficam desde entom três pediatras todas em horário de manhá.

Mas a luita por umha atençom pediátrica digna remonta-se a novembro de 2018, momento em que nasce umha mobilizaçom vizinhal contra o feche de umha consulta que atendia as crianças das paróquias de Aldám e o Hio. "Foi um movimento mui importante na nossa vila", salienta Nores. Mália as mobilizaçons vizinhais, essas crianças passárom a ser atendidas no centro de saúde da vila de Cangas.

Segundo expom Nores, "Cangas tem agora umha populaçom de 3712 crianças e o Sergas di que tem 4 pediatras, mas levamos desde o mês de outubro com 3 pediatras e com situaçons administrativas que às vezes acontecem, como os translados de profissionais...". O número de crianças está extraído do último padrom municipal, polo que exigem que essa seja a cifra que a administraçom tenha em conta. "Queremos que o Sergas reconheça que há 3712 crianças e nom o número de cartilhas que maneja desde há anos. A memória que se publicou em outubro é a de 2018, entom as estatísticas nom coincidem". Atualmente, A Voz da Sanidade tinha programada a apresentaçom de umha recolhida de assinaturas em colaboraçom com a federaçom de Ampas do concelho, mas o atual estado de alarma perante a pandémia do coronavírus levou-nas a cancelar essa atividade.

Com o feche do turno de tarde, a Voz da Sanidade denuncia que

SAÚDE PÚBLICA / CORTES EM ATENÇOM PRIMÁRIA

mónica irago

umhas 1000 crianças ficam sem profissional pediátrica assignada. Nesta situaçom com essas crianças acontece que som atendidas polo resto de pediatras, quem "dos cinco dias à semana que tenhem ficam em quatro para atender as suas cotas, porque cada umha das três vai dedicar um dia à atençom dessas crianças que nom tenhem pediatra. Isso vai demorar as suas próprias cotas, e uns vam ter quatro dias -as que tinham designada a pediatria de manhá- e as que tinham designada a pediatria de tarde vam ter três dias à semana, polo que o atraso vai ser considerável", expom Nores, quem exige que se cubra a vaga que ficou vacante no turno de tarde.

> "Há que dar umha oportunidade à pediatria de primária e que nom a castiguem como a irmá pobre da pediatria"

Soluçons políticas

A falta de cobertura das baixas e demais vagas livres em pediatria é um problema estendido polo país, especialmente agravado em concelhos do rural. Para a atençom dessas crianças que ficam sem profissional designada, segundo se desprende das declaraçons das afetadas, a administraçom costuma recorrer ao aproveitamento dos recursos humanos já existentes, ainda que fossem de outros concelhos, provocando assim um deterioramento da atençom ao público.

Pola sua banda, Carmen Nores acha que se trata de um problema de decisons políticas. "As pediatras que saem cada ano dos hospitais nom dam para cobrir as vagas das que vam jubilar-se nos hospitais... E em que situaçom se deixa a pediatria na atençom primária? Com umha precariedade terrível, que está a cobrir-se com médicos de família com cursos de puericultura, ou algumha formaçom em pediatria mas que nom som especialistas. Tem de haver umha mudança de modelo e pôr as medidas para deixar de ir por este caminho", assinala Nores.

Xabier Alvedro, da CIG-Saúde de Compostela, quando é perguntado por quais podem ser as soluçons desta problemática salienta que estas passariam por "um aumento de profissionais que estudem esta especialidade, que aumentem os números de pediatria na formaçom universitária, que lhe deam umha oportunidade à pediatria de primária e que nom a castiguem como a irmá pobre da pediatria... Também que se convoquem oposiçons que sejam atrativas para cobrir as vagas que se vam ocasionando".

sacauntos cooperativa gráfica
imagem corporativa
design web e editorial
impressom de livros e revistas
grande e pequeno formato
www.sacauntos.com

OURENSE /

Gonzalo Pérez Jácome, o neoliberalismo trás da política-espetáculo

aep

ximena González

Para quem nom vive em Ourense, Gonzalo Pérez Jácome, alcalde da cidade, deve semelhar umha sorte de tele-predicador de províncias. Proprietário de um canal de televisom, umha retórica populista e inspirada na ideia de converter os plenos municipais num 'Big Brother', Jácome percorre as redes e os meios baixo a face da ocorrência e a improvisaçom. Mas trás a política-espetáculo e da figura do parvo útil que causa vergonha alheia e gargalhadas, estám as políticas de saqueio do público e umha visom neoliberal que atenta contra o bem comum.

A história de Gonzalo Pérez Jácome na política inicia-se ao tempo que o seu projeto televisivo, que foi possível graças ao financiamento da Deputaçom em maos do clam Baltar. Pronto a criatura televisiva financiada nos seus inícios polo baltarismo tornava umha figura mediática influente na cidade. A fórmula era simples: um agitador deslinguado batendo no poder e convertendo o combate num espetáculo televisivo. Apoiado nela com um Partido Popular em retrocesso polas diferenças internas, o partido de Jácome (Democracia Ourensana) chegou ao Concelho ao tempo que o governo de PsdG-PSOE e BNG em 2011.

Duas concelheiras, umha televisom e só um objetivo no horizonte –a alcaldia– marcárom um mandato em que a judicializaçom da vida política transtornou a cidade de Ourense. Pérez Jácome e o seu partido denunciárom repetidamente a membros do governo e levárom aos julgados grande parte das decisons políticas que se tomárom durante os quatro anos de mandato. O Partido Popular aproveitou as contínuas denuncias para fomentar a crispaçom política e recolheu os fruitos nas municipais de 2015, onde conseguiu a alcaldia para Jesús Vázquez enquanto Pérez Jácome aumentava a oito o número de representantes do seu partido.

> Desde a sua primeira apariçom no pleno do Concelho de Ourense, Pérez Jácome defendeu as mais agressivas políticas neoliberais vestidas de localismo

Desde a sua primeira apariçom no pleno do Concelho de Ourense, Jácome defendeu as mais agressivas políticas neoliberais vestidas de localismo frente, segundo as suas palavras, os discursos das forças de Madri (PP e PSOE) e Compostela (BNG). Na defesa desse localismo votou sempre em contra de investimentos e gasto público em educaçom, cultura, bem-estar social ou igualdade e defendeu a privatizaçom dos serviços municipais

ou a baixada linear e nom progressiva dos impostos municipais em benefício sempre das classes altas.

Com o acesso à alcaldia da cidade de Ourense da mao do PP, além de perpetuar-se o baltarismo na Deputaçom trás as municipais de 2019, Gonzalo Pérez Jácome começou a pôr em marcha um saqueio sistemático das arcas municipais, transformando toda a retórica prévia na perfeita cortina de fume para o roubo. Com a nomeaçom do máximo número de assessores possíveis permitidos por lei, a contrataçom de umha figura de *City Manager* e a recente criaçom dum posto para dirigir um serviço de Inteligência Artificial ainda inexistente no concelho, quem anteriormente defendia umha reduçom de salários e recursos destinados aos grupos políticos é hoje o alcalde da corporaçom mais cara da história da cidade em matéria de cargos políticos.

Somado a isto e a case cumprir o primeiro ano de governo, Gonzalo Pérez Jácome tem como saldo político o desmantelamento de vários festivais culturais, umha notável descida dos orçamentos em matéria de igualdade, o mantimento das políticas do PP no passado mandato e umha mudança de rumo no tema central do debate político atual em Ourense: o PGOM.

Já ninguém duvida que o Partido Popular permite que as disparatadas excentricidades políticas da alcaldia de Gonzalo Pérez Jácome porque tem a garantia de que as políticas reais que se aplicam seguem o legado do PP em matéria económica e social. Além disto, tenhem como objetivo do mandato aprovar um PGOM que incorpore o 'pelotaço' urbanístico do PGOM de 2003 de Cabezas. Este PGOM foi desbotado polo Tribunal Superior de Justiça da Galiza o 17 de abril de 2009 ao dar por provado que os documentos expostos nom se correspondiam com os aprovados, ocultando a requalificaçom e incrementos de edificabilidade a maior benefício das construtoras do PP. Nom sobra lembrar que o conselheiro que assinou a ordem de aprovaçom definitiva de aquele documento é o hoje presidente da Junta da Galiza, Alberto Núñez Feijóo.

Quem anteriormente defendia umha reduçom de salários e recursos destinados aos grupos políticos é hoje o alcalde da corporaçom mais cara da história da cidade em matéria de cargos políticos

Com o pacto pola alcaldia, Gonzalo Pérez Jácome, assinou um compromisso para manter na Deputaçom o Baltar e para aprovar o PXOM com as modificaçons que o PP decida introduzir, enquanto ambos partidos saqueiam o público enriquecendo-se e desviando fundos municipais para a folha de pagamento de assessores.

O personagem local que cresceu politicamente prometendo romper com o jogo dos partidos clássicos e fazer política só para a vizinhança de Ourense virou ao parvo útil do Partido Popular, ao que deixam jogar a ser alcalde enquanto se mantenha nas políticas que dite Baltar, com os seus sequazes colocados estrategicamente no governo da cidade. O alcalde que pensa que os plenos som programas de televisom serve também a direita para dar passos e avançar em políticas neoliberais que o PP teria que explicar e que lhe traria mesmo custes políticos e sociais se as figesse em primeira pessoa.

Políticas culturais que fomentam o ócio frente a criaçom, a turistificaçom do património cultural e artístico da cidade, o desvio de recursos a projetos com a empresa privada, o saqueio da instituçom e a aposta pola especulaçom urbanística som as senhas de identidade do atual governo presidido por Pérez Jácome, que para todo o demais continua aplicando políticas do Partido Popular.

As leitoras pensarám que como é possível que um bufom assim chegara a alcalde da terceira cidade do país. A resposta é simples: o PP necessita Pérez Jácome e, enquanto o único problema que lhe dê seja provocar piadas e risadas através das suas excentricidades nas redes e televisons, a operaçom está amortizada.

elena martín lores
elenamartinlores@novas.gal

Há uns anos, Ana Ojea decidiu que queria sair do armário para as suas alunas, convertendo-se ao tempo numha das primeiras tutoras LGTB da Galiza. Além de professora de bacharelato é umha das criadoras da Rede Educativa de Apoio LGTB da Galiza, um grupo que nasceu com a ideia de unir ao professorado interessado em formar-se nos temas relacionados com este coletivo. Falamos com ela da importância de que existam este tipo de iniciativas, sobretudo para que as educadoras saibam como atuar e tenham os conhecimentos necessários para "garantir a igualdade e a diversidade num centro educativo" e para combater "os preconceitos LGTBfóbicos existentes, que constituem a base de condutas discriminatórias" e podem acabar em violência e acosso escolar'.

Ana Ojea
da rede educativa de apoio LGBT

anxes álvarez

"Nos temas de diversidade afetivo-sexual há um salto geracional imenso"

Como nasceu a rede?

A ideia começou há uns seis meses, a finais de agosto de 2019. Falando com Denis Vicente, um companheiro que dá aulas no IES As Barxas de Moanha, decidimos que havia que criar umha rede assim, sobretudo como umha forma de apoio educativo destinada fundamentalmente ao professorado. Fôrom vários motivos os que contribuírom à sua apariçom, entre eles, o feito de que a raiz de participarmos de cursos formativos e jornadas sabíamos que desde uns anos atrás havia já alguns centros que trabalhavam questons de diversidade sexual e de género.

E aí decidistes unir forças.

Sim. É importante saber que a normativa educativa galega, europeia e internacional já obriga, em realidade, a que se trabalhe o tema da diversidade desde os centros. Porém, até a apariçom da Rede, as poucas professoras que nos ocupávamos realmente disto nas escolas éramos como ilhas soltas no meio do mar. Nom sabíamos quem ou quantos éramos, ou onde estávamos. Por isso lançamos a proposta, para pormo-nos em contacto com outros docentes do sistema educativo galego que estiveram trabalhando a diversidade ou quigéram começar a trabalhá-la neste curso.

"Até a apariçom da Rede, as poucas professoras que nos ocupávamos realmente disto nas escolas éramos como ilhas soltas no meio do mar"

Para empeçar, lançamos um comunicado –que se pode ler na nossa página de Facebook– onde se explicava a ideia para a criaçom desta rede. Neste comunicado falava-se também da criaçom dum grupo de Whatsapp para um primeiro contacto entre as escolas interessadas em participar. Enviamos por correio eletrónico a todos os centros educativos galegos –excetuando as universidades–, e após um mês já chegáramos às sessenta pessoas, das quais muitas nom eram conhecidas das jornadas. Figemos umha primeira assembleia no 5 de outubro, onde decidimos que o queríamos era tomar as rendas de algo que ainda que a lei nos obriga a fazer estava-se a realizar de jeito voluntário, sem garantia de cumprimento por parte da administraçom educativa. E agora, que já chegamos a ser mais de 200 pessoas e até tivemos que passar-nos a Telegram porque nom paramos de crescer, andamos com a ideia de converter-nos em associaçom, algo que esperamos atingir pronto.

E já figestes muitas cousas.

Sim, e também tivemos que enfrentar-nos a várias situaçons. Um exemplo foi a campanha *Hazte Oír*. A propaganda essa que enviárom aos centros e que tinha dentro todo um lema transfóbico e LGTBfóbico, e que projetava sobretudo a possibilidade da regulaçom parental. Quigemos intervir e figemos um escrito, mas a Junta finalmente nom fijo nada alegando que cumpriam todo o que tinham que cumprir, algo que nom é certo.

E de aí sai outra vez o tema da legislaçom, porque se vê novamente que nom se cumpre nem se garante que se fale de diversidade nos centros, só o fai quem quer, quando a lei nom di isso. Como exemplo, o artigo 22 da Lei LGTB no âmbito educativo da Galiza de 2014 di que há que incluir a realidade LGTB nos planos educativos das matérias. Porém, isto nom o fai praticamente ninguém. Que implica isto? Que temos umha lei que garante a liberdade do professorado para falar disto nas aulas sem nenhumha conseqüência, mas isso é o único. Nom há mecanismos de controlo nem revisons da programaçom didática. Isto mostra que resta muito por fazer.

ángela fraga

"O artigo 22 da Lei LGTB no âmbito educativo da Galiza de 2014 di que há que incluir a realidade LGTB nos planos de estudo das matérias. Porém, isto nom o fai praticamente ninguém"

E a respeito do alunado?

Com o alunado cada docente trabalha as ideias da Rede e jeito distinto, pode-as adaptar como considere. No meu caso, eu sou tutora LGTB no Politécnico de Vigo desde 2017 e podo dizer que os resultados e as consqüências destes projetos a respeito do alunado som maravilhosos. É o que há que fazer, com certeza. É o que o alunado reclama e necessita, e melhora muito o clima de convivência do centro, diminuindo também a sensaçom de acosso, porque as alunas deixam de sentir que as vam atacar por ser como som. E isso conseguimo-lo no meu centro fazendo atividades de formaçom, dando visibilidade, celebrando datas comemorativas como o Dia da Visibilidade Trans... O melhor é que antes da Rede as iniciativas eram individuais, agora tudo está mais unido.

E há professorado que ao princípio nom queria mas agora vêm a importância de participarem da Rede?

Sim, com certeza, a consciencializaçom está a crescer. Um projeto como este há cinco anos tivesse sido quase impossível, e que crescesse tam repentinamente em meio ano é um dado muito positivo. Mas isto nom quita que resta muito por caminhar, já que ainda há docentes com preconceitos que nom concordam com estas iniciativas ou que, diretamente, se negam a tratá-las. Fai falta ainda muito trabalho de sensibilizaçom. E esse é um dos objetivos da Rede, trabalhar dentro dos centros educativos consciencializando a quem mais o precisar: alguns docentes, equipas diretivas e mesmo famílias –a onde é certo que nos custa mais chegar–. As próprias AMPAs estám começando a ser conscientes da necessidade de formar-se nestes temas, porque há um salto geracional imenso.

Para rematar, como lhe farias ver ao feminismo transfóbico e lgtbfóbico que nom se podem esquecer as pessoas deste coletivo da luita feminista?

Há pouco lim um artigo muito interessante de Gabriela Viena em que falava precisamente disto. Dizia "como se nota que nunca comeste nada cozinhado por umha pessoa trans". Isto é o que falta, o contacto pessoal, o ser consciente da realidade e do sofrimento destas pessoas -nom por serem trans, senom pola transfobia que existe a nível social-. O estigma que supom e a opressom tam brutal que vivem. Por isso, acho que é um problema de desconhecimento, há que saber polo que passa essa gente para sensibilizar-se com ela.

Por outro lado, acho que também há um certo interesse político detrás. Como em todo movimento, há certos setores que, ainda minoritários, fam muito ruído. Estes dam-lhe a volta aos argumentos e quando se lhes respondem tomam o papel de vítimas, igual do que a extrema direita. Penso que estes setores estavam a alcançar certas cotas de poder e hegemonia e ao ver perigar esse poder, atacam as mais oprimidas: trans, prostitutas, migrantes... No fundo falta umha concepçom do feminismo como algo intersecional. Quando eliminas a intersecionalidade da equaçom, corres muito risco de que isto passe. E isto para mim é terrível. Por isso há que seguir na luita.

Sombras da 'Ley de Extranjería'

NATALIA DURÉ

Muitas das pessoas migrantes que chegam a território espanhol vem-se atadas nas contradiçons dumha *Ley de Extranjería* que as discrimina e obriga a viver em situaçom de irregularidade administrativa durante anos, sem direitos e com um futuro incerto, à espera da sua oportunidade.

A autorizaçom de residência: umha corrida de obstáculos

A vida das pessoas estrangeiras rege-se pola Lei Orgânica 4/2000, de 11 de janeiro, sobre liberdades e direitos de estrangeiros no Estado espanhol e a sua integraçom social (também conhecida como *Ley de Extranjería*), e polo seu Regulamento de desenvolvimento. Para essas pessoas poderem residir de forma regular em território espanhol, é necessária a obtençom de umha das autorizaçons de residência reguladas naquela Lei, que cria distinçons entre cidadaos estrangeiros segundo procedam de um país ou outro.

A *Ley de Extranjería* regula o chamado Regime Geral, que se aplica unicamente a pessoas procedentes de países de fora da Uniom Europeia. Por outro lado, existe outro regime, o Comunitário, que apesar da sua progressiva restriçom, é um regime mais vantajoso. Tendo em conta estes dous elementos, podemos observar que nom todas as pessoas migrantes tenhem a mesma categoria nos olhos do Estado.

A via de regularizaçom mais habitual no Regime Geral é mediante a autorizaçom inicial de residência temporária e trabalho, com duraçom de um ano e limitada a umha ocupaçom determinada e âmbito geográfico concreto. Isto é, a rigidez da norma nom permite que, durante a vigência da autorizaçom, a pessoa poda trocar de posto de trabalho ou mover-se livremente dentro do território. Esta via foi-se endurecendo com o passo do tempo , sobretodo desde a eclosom da crise económica do 2008, que tivo como consequência umha modificaçom da *Ley de Extranjería* em matéria laboral.

É fácil ver os obstáculos que esta legislaçom coloca às pessoas migrantes para a obtençom dum contrato de trabalho, bem porque os trabalhos oferecidos som muito especializados bem gerando umha desigualdade em funçom do país do que procedam

A contrataçom dumha pessoa migrante depende da Situaçom Nacional de Emprego; isto é, de que nom existam no mercado laboral demandantes de emprego que podam cobrir o posto de trabalho. Para isso cria-se o Catálogo de Ocupaçons de Difícil Abrangência, publicado polo Serviço Público de Emprego Estatal de forma trimestral. A modo de exemplo, na última publicaçom correspondente ao primeiro trimestre do 2020, para a Galiza recolhem-se postos tais

como frigoristas navais, bombeiros de navios especializados ou desportistas profissionais. Existe, além disso, umha isençom à Situaçom Nacional de Emprego, a de ser cidadao da República de Chile ou da República do Peru, em virtude de cada um dos acordos internacionais assinados polo Estado Espanhol com esses países.

Assim, é fácil ver os obstáculos que a *Ley de Extranjería* coloca às pessoas migrantes para a obtençom dum contrato de trabalho, bem porque os trabalhos oferecidos som muito especializados bem gerando umha desigualdade em funçom do país do que procedam.

Nom menos importante é que, um dos requisitos para obter umha autorizaçom, é nom estar em situaçom irregular em território espanhol. Isto exige que bem se viaje com um visto de trabalho desde o país de origem –com os requisitos expostos anteriormente para a sua obtençom– bem se formalize o pedido dentro dos primeiros noventa dias desde a chegada ao Estado espanhol.

Inevitavelmente, e dadas todas as dificuldades que enfrentam, muitas das pessoas migrantes acabam encontrando-se com a realidade de viver de forma irregular, com problemas para aceder a umha morada digna, sem acesso à previdência pública e obrigados a subsistir na economia submergida.

Concentraçom do Foro Galego de Imigraçom.

O arraigo social como via de regularizaçom

O anel da irregularidade é difícil de romper vivendo com o medo a ser identificada pola polícia e com a consequente abertura de um expediente de expulsom. Um defeito no historial de antecedentes penais fecha quase por completo qualquer possibilidade de regularizar-se.

Existe umha saída a esta situaçom que se articula através do arraigo social. O Regulamento de *Extranjería* di ao seu respeito que "poderám obter umha autorizaçom os estrangeiros que acreditem a permanência continuada em Espanha durante um período mínimo de três anos". Além do requisito temporário, requer-se-lhes que, junto ao seu pedido, apresentem umha proposta de contrato de trabalho.

A mesma Administraçom que lhes denega a autorizaçom por nom cumprirem com os requisitos exigidos, plenamente ciente da situaçom irregular em que se encontram, oferece-lhes agora –três anos depois– umha forma de regularizarem-se nom isenta de problemas. O maior obstáculo vem no momento de encontrar um contrato de trabalho tendo em conta a situaçom do mercado laboral atual, com uma taxa de desemprego que se situa no 11,7% no quarto trimestre de 2019 segundo o Instituto Galego de Estatística. No entanto, nom basta com qualquer contrato, este deve ter umha duraçom mínima dum ano, jornada completa e salário equiparável ao salário mínimo interprofissional. Somado a estes dous requisitos nada triviais, à pessoa migrante obriga-se-lhe a apresentar um relatório de arraigo onde se demonstre que durante esses anos realizou um "esforço de integraçom social", assim o di literalmente o modelo de relatório proposto pela Secretaria de Estado de Migraçons. Neste relatório deve-se refletir o nível de aprendizagem do idioma, o nível de interaçom com a comunidade ou a participaçom em associaçons, entre outras.

Um defeito no historial de antecedentes penais fecha quase por completo qualquer possibilidade de regularizar-se

Em resumo: estas pessoas nom só tenhem que subsistir explodidas no mercado de trabalho, com medo a serem identificadas e sem direitos, senom que também devem ser boas cidadás.

A incerteza após esgotar todas as vias

Depois de todo este périplo, e no melhor dos casos, a pessoa consegue obter dita autorizaçom. Mas que acontece com aquelas que nom conseguem? O círculo da irregularidade segue o seu curso, por vezes, de forma indefinida. No ano 2018, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, na Galiza concedérom-se 5.659 autorizaçons de residência dentro do Regime Geral; desse total, 924 fôrom concedidas por motivos de arraigo. Esta cifra nom reflete a realidade já que existem pessoas que levam três ou mais anos em situaçom irregular, mas a impossibilidade de encontrar um trabalho fecha-lhes as portas do "arraigo social". Especial consideraçom merecem as mulheres migrantes que trabalham como empregadas domésticas, sem contrato e trabalhando por horas, já que os requisitos de contrataçom som tam elevados que os empregadores negam-se a carregar com a despesa das cotaçons. Nom existem mais vias extraordinárias de regularizaçom, nem tampouco se preveem, polo que as pessoas podem passar anos da sua vida na sombra, esperando que chegue a sua oportunidade.

Natalia Duré é advogada e feminista.

adrián garcía alfaya

MÉXICO /

Fechar as escolas para educar no feminismo e excluir a violência sexual

A longa greve das estudantes mexicanas contra a violência de género

sara guerrero alfaro

No México, o dia dous de outubro nom se esquece. É um dia de luito que comemora a matança estudantil por maos do exército mexicano em 1968; sai-se às ruas a lembrar as vítimas e assinalar aos gritos 'Foi o Estado'.

No entanto, no ano passado, milhares de estudantes de várias preparatórias e faculdades da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) resignificárom esta data para elevar os atos de protesto em contra da violência de género que se sofre dentro de todos os colégios de umha das duas melhores universidades ibero-americanas.

Fechárom-se vinte e três escolas e, até a data, doze mantenhem-se tomadas polos diferentes coletivos feministas de cada centro. Os cinco meses de resistência dam fé das condiçons insuportáveis em que estudam diariamente milhares de mulheres.

Amellaly Hernández é estudante da Preparatória número três –a qual entrou em paro desde o primeiro de janeiro do ano em curso– e também é umha das cabeças do coletivo que possibilitou o encerramento da sua escola, 'Rosas Rebeldes'.

Para ela, a violência de género latente e constante na universidade é um reflexo em pequena escala da violência e o machismo na vida social do México. Assim como o Estado e os seus processos de administraçom de justiça se tornam cúmplices dos agressores pola pouca responsabilidade que adquirem sobre os casos, as autoridades universitárias nom só nom defrontárom o problema, como ainda o perpetuárom.

"A UNAM encobriu a violadores, acossadores e mesmo feminicidas. O que deixa claro que nom tem perspetiva de género e que nom cuida das suas alunas mulheres. Especifica-

mente, na Preparatória número 3, existe umha violência contra as mulheres que vai desde o académico até o sexual", comenta Amellaly.

A situaçom de violência de género mantivera-se normalizada e invisibilizada na universidade até que no ano 2006 aparecérom os *tendederos* por todas as instituiçons educativas da cidade do México. Os *tendederos* consistem em estruturas que sustentam cordas das quais som penduradas, como se de roupa a secar se tratasse, folhas de papel em que se acusa e denuncia de forma anónima os acossadores sexuais que fam parte da vida escolar.

A repercussom mediática dos *tendederos* deu a conhecer o grau de violência sexual com que convivem as mulheres nas suas escolas. Depois da sua apariçom, os feminicídios dentro das instalaçons deixárom de ser um segredo do domínio público e começárom a ser cobertas polos meios de comunicaçom social.

Além da opressom sistemática contra o corpo das mulheres dentro dos centros de estudo, foi comum que as mesmas autoridades das faculdades e preparatórias reprimissem o alunado que se mobiliza politicamente para denunciar o abuso de poder e os crimes sexuais. Segundo testemunhos de alunas da universidade, as integrantes dos coletivos feministas sofrem diferentes formas de pressom institucional para abandonar o movimento, incluindo nalguns casos ameaças contra os familiares das envolvidas no conflito.

"Depois de várias tentativas para invisibilizar o problema tam grave que se vive na nossa Preparatória, convidamos todas as companheiras a mandar-nos a suas queixas à nossa página oficial do Facebook. Logo de 24 horas tínhamos cerca de 200 denúncias na nossa caixa de entrada de mensagens, cousa que nos alarmou muitíssimo. Foi assim que se chegou à decisom de fazermos um paro indefinido, já que as autoridades nunca respondérom ao nosso pedido de diálogo. Polo contrário, dixérom-nos que todo isto iria afetar-nos academicamente", comparte Hernández.

Em geral, os coletivos feministas de toda a UNAM, difundírom um comunicado a demandar a modificaçom de

adrián garcía alfaya

> Além da opressom sistemática contra o corpo das mulheres dentro dos centros de estudo, foi comum que as autoridades das faculdades reprimissem o alunado mobilizado politicamente para denunciar o abuso de poder e os crimes sexuais

vários artigos do Estatuto General, nos quais se estabelecem as faltas graves e as sançons. Esta medida é "indispensável para que os processos de denúncias sobre acosso e violência contra as mulheres deixe de ser inútil, pois as sançons som insuficientes, ademais de que as vítimas som obrigadas a continuar a conviver com o denunciado, ao mesmo tempo que perpetua os discursos de ódio e invisibilizam as mulheres", assinalárom no comunicado.

Entre as demandas da lista de reivindicaçons da Preparatória 3, estám as destituiçons do diretor, do secretário de apoio à comunidade e do advogado do colégio, por casos de negligência, abuso de poder e acosso cara às estudantes. Ademais de exigências básicas como a garantia de que nom houvesse represálias de nengum tipo cara ao corpo estudantil e a implantaçom de obradoiros de perspetiva de género para os professores.

Contodo, apesar de que onze escolas retomáron as aulas, nengumha das suas demandas foi cumprida e os coletivos de estudantes cedérom às ameaças ou agressons físicas por parte de grupos de choque compostos por estudantes mal informados polos diretivos dalguns colégios.

No caso da Preparatória 3, "o corpo administrativo negou-se a dar algumha resposta, e é por isso que nom se dérom mesas de diálogo com eles. É por isso que o diálogo se fijo com representantes de reitoria que inicialmente acedérom a escuitar as petiçons, mas que depois nos dixérom que nom iam cumprir nada. Atualmente estamos a tentar reunir-nos com a junta de governo da universidade, já que este órgao é o encarregado de resolver problemáticas mais fortes a nível universitário. Em geral, a resposta nom foi a esperada e, antes bem, portárom-se de forma hostil", relata Amellaly.

Entretanto, as mulheres organizadas das escolas que permanecem fechadas mantenhem umha rede de apoio para resistir à pressom e à iminente repercussom que isto significa para a sua vida académica. "Ainda que nom reconheçam a dignidade da nossa luita e nos chamem criminosas e mesmo assegurem que temos interesses egoístas ou digam que nom somos estudantes, nós trabalhamos desde o amor, reconhecemos a nossa digna raiva, organizamo-nos e dizemos 'Já Basta!'", expressárom no comunicado de coletivos feministas da universidade em pé de luita por umha educaçom segura e umha vida digna e livre de violências machistas.

luisa cuevas raposo
cubainformación.tv

Aracely Rodríguez Malagón conta com um mestrado em Estudos do Caribe, é membro do 'Club del Espendrú' (La Habana) e ativista feminista cubana. No passado mês de novembro mantivo umha conversa com 'Cubainformación TV' após o XIII Encontro Iberoamericano de Género e Comunicaçom 'Isabel Moya', que foi celebrado na capital cubana.

Aracely Rodríguez Malagón
ativista feminista cubana

cubainformación.tv

"Falamos de um feminismo negro de Cuba, mui distinto ao dos EUA"

Que significa a palavra 'espendrú' e em que consiste o projeto do 'Club del Espendrú'?

Espendrú é como lhe chamamos em Cuba ao cabelo 'afro', natural. O *Club del Espendrú*, como projeto, repensou-se há cinco anos como plataforma educativa desde um projeto do grupo de *hip hop* Obsesión tomando elementos da cultura *hip hop*, e doutros saberes, tentamos construir de forma coletiva essa parte da História negra que nom está nos livros, para desconstruir a História colonial, que é a que conhecíamos até agora e na qual está invisibilizada a nossa História negra. O *Club del Espendrú* é umha reivindicaçom desses homens e mulheres negras que também achegárom a sua parte à História e que nom estám nos livros ou nos nossos saberes. Essa é a nossa missom central, embora também temos outras linhas de trabalho, pois temos umha *Escuela de Saberes Afrodescendientes* e, ainda, umha linha de mulheres. Com esta última tratamos de as capacitar e empoderar, desde a base dumha economia social e solidária,

para que ocupem esses lugares onde estám desvalorizadas e em desvantagem a respeito doutros grupos socais. Em definitiva, tentamos dar as ferramentas para o seu empoderamento económico, mas também social.

Estivemos no encontro Género e Comunicaçom durante três dias falando de feminismo e ti falaste especificamente de feminismo negro, porque é necessário?

Eu acho necessário, em primeiro lugar, porque quando se fala de feminismos está-se a falar dum feminismo global. E os feminismos há que particularizá-los, porque, caso contrário, nom poderemos identificar a problemática específica de cada mulher. Teríamos que falar dum feminismo indígena, dum feminismo africano, dum feminismo asiático e, portanto, há também que falar dum feminismo negro, mas contextualizado segundo a experiência de cada grupo de mulheres, pois nom é o mesmo o nosso feminismo negro do que o feminismo negro dos EUA, já que vivemos contextos históricos diferentes. Há que falar de feminismo negro, porque existe umha desvalorizaçom e invisibilizaçom da mulher negra historicamente; creio que temos que reivindicar o que aportárom as mulheres negras ao feminismo e à História.

Também falaste sobre o uso da imagem da mulher negra para publicitar produtos, publicitar o próprio turismo cubano, referindo-te às imagens que vendem nas feiras de artesanato, etc. Que análise fas disto?

Umha das missons do nosso projeto, e de outra muita gente que está neste movimento, é a de descolonizar a nossa imagem. Um exemplo disto som os obradoiros que fazemos de penteados 'afro', que conformam um exercício de capacitaçom mas também um exercício de descolonizaçom da imagem. Tentamos descodificar essa imagem eurocentrista da mulher bonita de cabelo liso e pele branca, mostra dos códigos que nos impugérom, dum ponto de vista subjetivo, e que a sociedade transmite; é o que nos ensinárom nas escolas. Criárom-nos com a ideia de que a nossa imagem nom é bonita, de que a minha boca nom é boca, mas bemba, de que a minha cor nom é linda... é por isso que no encontro mostrei imagens que publicitam o turismo: umha mulher negra estereotipada com lábios pronunciados, nádegas exageradas e de grandes peitos, esse tipo de imagem deve ser desconstruida, há que acabar com ela, pois nom todas as mulheres negras somos iguais. Levamos anos a trabalhar nisto, contodo, é isso o que hoje encontras nos mercados de artesanato.

Nesta linha, conseguimos que algumhas artesás negras figessem outro tipo de bonecas; através da conscientizaçom, conseguimos mostrar que essa imagem nom é a nossa imagem e que é desrespeitosa. Quando elas tomárom consciência disto, fôrom revalorizando a sua própria arte e

cubainformación.tv

"Os feminismos há que particularizá-los, porque, caso contrário, nom poderemos identificar a problemática específica de cada mulher"

a terra treme

cubainformación.tv

dando outro valor à nossa imagem, à imagem da mulher negra. E foi aparecendo, ademais, um uso ligado ao espaço lúdico –anteriormente, as bonecas negras eram tam feias que apenas tinham um uso ligado a questons religiosas–, e ajudando com elas a deixar de reproduzir a imagem da beleça branca, porque as crianças podem brincar com bonecas loiras, mas devem ter também bonecas semelhantes a elas próprias, às suas tias e tios. Trata-se disto, de desconstruir umha imagem colonial construida ao longo de cinco séculos, em que nós mesmas transmitimos que a nossa imagem nom era bonita, transmitindo um cánone eurocentrista. Porque, do mesmo jeito que a um homem se lhe ensina que é um homem e que joga com o martelo, nom nascemos bonitos ou feios, é a sociedade que nos ensina o código social da beleza e nós, as mulheres negras, nom participamos dele, infelizmente.

Para finalizar, precisamente o encontro tratava sobre os meios de comunicaçom; que papel achas que podem cumprir os meios em conscientizar, educar, corrigir esta situaçom?

Os meios de comunicaçom som elementos fulcrais na nossa sociedade e, em relaçom com a comunidade negra, som-no quando nom vemos pessoas negras nos principais programas televisivos, quando nom as vemos nos principais noticiários... E isto, embora se poda ter avançado, digo-o eu e dim-no também as estatísticas: podes sentar frente a televisom cubana, ver os oito canais e tirar a tua estatística de quantas mulheres negras e quantos homes negros trabalham em cada espaço. Isso, quanto à televisom como ferramenta educativa, porque é essa visualidade a que chega. Essa, mas também a de videoclipes –quem é que aparece nos videoclipes que degradam as mulheres, e mostram apenas um único tipo de mulher?–. Ou a dos programas e filmes infantis. Em qualquer produto audiovisual observamos que existe umha série de elementos que, somados, mostram que os meios de comunicaçom devem trabalhar, devem conscientizar-se e estruturar-se para mudar a situaçom atual, e nom apenas para cumprir certas estatísticas. Nom para que haja duas ou três pessoas negras no programa, mas para que as pessoas que estám aí, o diretor do programa, sem que necessariamente seja negro, seja consciente da situaçom em que vivemos.

Para mim, é isso o que falta na comunicaçom. Ti própria viste como neste evento de três dias a única palestra que tratou o tema da mulher negra nos meios, a única em que se mostrou que devemos ter em conta a comunicaçom e o feminismo negro, foi a minha.

Isso é umha clara prova; apenas tínhamos de dar umha vista de olhos para dizer quantas negras havia ali. Porém, insisto em que nom tenhem de ser especificamente pessoas negras, mas, no mínimo, pessoas brancas com consciência, mostrando que existe um problema ainda hoje –e isso nom houvo–. É por todo isto que acho que a comunicaçom sim é responsável por isto todo.

"Trata-se de desconstruir umha imagem colonial construida ao longo de cinco séculos, em que nós mesmas transmitimos que a nossa imagem nom era bonita, transmitindo um cánone eurocentrista"

"Os meios de comunicaçom som elementos fulcrais na nossa sociedade e, em relaçom com a comunidade negra, som-no quando nom vemos pessoas negras nos principais programas televisivos"

Este artigo é umha transcriçom e traduçom da entrevista originária publicada em *Cubainformación.tv*.

charo lopes

o bom viver

país / Xosé Constenla / 26

país / estudos feministas / 28

ronseis / Ernesto Cardenal / 30

Escrever para contar

Em números anteriores introduzimo-nos na identificaçom e análise de alguns aspetos da literatura feita em prisom, da mao de Isaac Lourido (NGZ 183), assim como também dessa mesma literatura feita por mulheres, redigido pola investigadora Iratxe Retolaza (NGZ 185). Nesta ocasiom, Xian Naia profundiza na posiçom desta literatura dentro do contexto político e literário galego, e presta especial atençom ao caso das poéticas de Adriám Mosquera P., 'Senlheiro'. página 24

senlheiro

Literatura, prisom e território

xian naia s.
conselho@novas.gal

"O caso é contá-lo, nom?". Assim começava escrevendo Xosé Tarrío um texto recolhido no livro-homenagem *Que la lucha no muera*, editado em 2015 pola Editorial Imperdível, após dez anos do seu falecimento. O título do texto, cuja traduçom do original viria ser algo assim como *Na procura da liberdade*, define de maneira unívoca um dos elementos centrais que vertebram a literatura feita nas prisons. A procura da liberdade, a exterioridade, o corpo, a presença permanente do muro ou a sensaçom do tempo estático durante o encerro, som algumhas das imagens recorrentes nesta literatura que, como ferramenta das que padecem a crueldade destes centros de extermínio, fica definitivamente fora do campo literário e carente de qualquer reconhecimento das esferas de poder político e cultural.

Nesse capítulo do livro escrito por Tarrio, o preso anarquista descreve a fuga do barco que os transportava a ele e ao seu companheiro de cela, o preso Juan Redondo, da prisom de Tenerife até Cádiz. O interessante desta história é que a proposta de redaçom que deu nesse e noutros textos ocorreu-se-lhe a um outro preso, Juan José Garfia, quem seria tempo depois autor dum livro sobre as suas fugas do cárcere, *Adiós, prisión* (1995), publicado pola editorial basca Txalaparta. Foi assim, devido a umha coincidência durante umha estadia na prisom espanhola de El Dueso que decidírom, combinando a berros através das janelas das celas que os encerravam, escrever sobre as fugas de alguns dos presos que ali se davam cita, contadas em primeira pessoa. A redaçom viria da mao do próprio Garfia e de Tarrío, quem com esforço e empenho escreveria um dos livros do contra-cânone da literatura carcerária, *Huye, hombre Huye* (1997), traduzido ao galego em 2014. É interessante, para entender a precariedade dos presos quanto a material e quanto a formaçom, e a necessidade do coletivo, apontar que para a conservaçom e difusom de alguns dos textos desse livro do preso corunhês, foi importante a ajuda emprestada por outro preso anarquista, autor de *Un resquicio para levantarse* (2014), Javier Ávila Navas, quem puido mecanografiar algumha das suas narrativas.

> *Dentro dos repertórios do sistema literário galego, nom se possibilitou ainda a criaçom dumha literatura carcerária*

Literatura galega e prisom

Na maior parte dos textos escritos em prisom, bem seja em forma de poema, de crónica ou a modo

Os obstáculos para a difusom e leitura das poéticas que chegam das prisons som, em geral, maiores do que em qualquer outro espaço social

charo lopes

de diário pessoal, os temas comuns como a antes apontada procura da liberdade, a defesa da vida, materializam-se na maior parte dos casos numha confrontaçom com a instituiçom penitenciária, o Estado e as suas representaçons nesse espaço social: os carcereiros e os juizes. Esta confrontaçom reflete-se na escrita com muita evidência. Nom é necessária, neste sentido, umha linguagem literária que exceda o seu correspondente papel de desabafo ou de denúncia, o que seria obrigatório no campo das artes, mas sim umha relativa contundência ou adesom a esses mínimos de escrita para a subversom.

Neste contexto devemos entender também algumhas das criaçons poéticas de presos independentistas galegos, que nos últimos anos venhem ocupar posiçons de relativa relevância no espaço político que ocupa o antagonismo, as organizaçons de base, mas que seguem sem contar, polo geral, com reconhecimento dentro do campo literário. Poderíamos dizer que dentro dos repertórios do sistema literário galego, nom se possibilitou ainda a criaçom e distribuiçom dumha literatura carcerária, que apenas conta com algum exemplo de livros que tocam de maneira secundarizada a temática e nunca em primeira pessoa. Esta hipótese poderia vir explicar a razom da publicaçom em 1989 de alguns poemas do independentista Antom Garcia Matos, hoje preso em Estremera, na editorial basca Susa, referente na publicaçom e consolidaçom de literatura carcerária basca (nomeadamente de presos independentistas). García Matos participou também com alguns poemas no livro do XVIII Festival Da Poesia (2004).

Temos, contodo, algumha exceçom como o *Diários* (2015) de Carlos C. Varela, publicado durante a sua etapa em prisom (ainda que escrito parcialmente antes do seu ingresso) e do qual a editora Através conseguiu distribuir mais de quinhentos exemplares. Mas os obstáculos para a difusom e leitura das poéticas que chegam das prisons som, em geral, maiores do que em qualquer outro espaço social, o que incrementa as dificuldades para chegar ao público.

Os poemários de 'Senlheiro' contárom com a posta em marcha de mecanismos independentes para a sua difusom

O caso de 'Senlheiro'

Essas dificuldades para a difusom e leitura evidenciárom-se no caso da criaçom poética do ex-preso independentista Adriám Mosquera Paços 'Senlheiro'. Os seus poemários, publicados durante a sua etapa em prisom, contárom com a posta em marcha de mecanismos independentes para a sua circulaçom e difusom. Estou a falar aqui da engrenagem construída em volta do 'Coletivo de apoio a Senlheiro' ou outros agentes e grupos afins que estivérom ao redor da recompilaçom, distribuiçom e receçom dos textos. Da mesma forma, ativou-se para a publicaçom do portal digital *Caderno Senlheiro* (aberto após a sua detençom em janeiro de 2013) umha rede de colaboraçons que, entre outras cousas, transcrevérom os textos do autor recebidos por meio de correio postal, com demoras e escritos originariamente a mao.

Em todos estes textos escritos dentro da prisom, aparecem algunhas das figuras antes referenciadas. O muro, como conceito referencial sobre o qual se constroem muitos dos poemas e que diversifica noutras marcas como a corporeidade, a violência física e simbólica do encerro, mas também na contestaçom resistente das que som privadas de liberdade. Também, a respeito dos textos publicados no blogue, constroem-se crônicas a partir de diálogos estabelecidos entre a pessoa presa e quem som (co)responsáveis do encerro. Estas dinâmicas estabelecem relaçons com outros escritos de literatura carcerária, como os do autor basco Joseba Sarrionandia, e ilustram através do texto muitas das dinâmicas de poder que se produzem dentro dos muros.

No caso de Senlheiro é importante também fazermos referência à ideia do território, representaçom da exterioridade e entendido nos seus textos como lugar de pertença e de desejo, materializado na ideia da naçom galega da tradiçom literária e cultural, mas que dialoga com referências do urbano e da mestizagem com o rap: "Fago *zapping* e tento recordar as montanhas nevadas / respirar fundo polo nariz e imaginar-me no meio do Courel / [...] e cantamos hinos antigos ou *raps* de aldeia / sabendo que um dia havemos voltar à Terra / berrar-lhes no ouvido um 'mecaghoendios' bem alto".

Xosé Constenla
geógrafo

"Um programa de emancipaçom civilizatório nom pode deixar fora a experiência espacial nem a construçom do lugar"

TERRITÓRIO /

"O trabalho coletivo a fazer centra-se na construçom social de lugares"

ares branco lopes

Xosé Constenla Vega é cantautor com já quatro discos publicados, geógrafo e militante nacionalista. Licenciou-se e doutorou-se em Geografia na USC, tendo exercido como professor na UDC, na Universidade Carlos III de Madrid, na Universidade de Leom, assim como de investigador do Idega e de geógrafo em Urbanismo e Ordenaçom do Território. Tem publicado numerosos artigos em revistas científicas sobre Ciências Sociais. Em 2010 publicou o livro '(Re)Imaxinando o universo urbano. De Baltimore a Santiago de Compostela', e em 2017 ganha o Premio Ramón Piñeiro de Ensaio com o 'O colapso territorial en Galiza. Unha lectura dende o espazo da construción social do país', livro editado por Galaxia, e sobre cujos conteúdos o entrevistamos a seguir.

Segundo o teu critério, quais som as causas de que, ao longo da Modernidade, a Geografia tenha acostumado a ser considerada de "irmã pobre" das ciências sociais?

Penso que há razons endógenas e exógenas. Por um lado, a geografia foi-se fechando num gueto, dominado por correntes de trabalho essencialmente descritivas e historicistas, perdendo deste jeito o seu valor empírico e analítico. Ademais, existiu sempre umha posiçom tendente a fugir da procura das explicaçons totalizadoras, em detrimento do tratamento do facto compartimentado (até o extremo, em ocasions), regionalizado e excecional. Mais ainda, o fio condutor das ciências sociais na modernidade, é a temporalidade, sendo básica em disciplinas como a história e a economia. Deste jeito, das chamadas forças produtivas modernas, isto é 'terra, trabalho e capital', a terra, enquanto elemento dotado de espacialidade, foi subordinando ao tempo. O próprio Marx entendeu melhor que nengum outro pensador que o capitalismo supunha a aniquilaçom do espaço mediante o tempo. Este processo impujo umha hegemonia historicista e economicista no conjunto do pensamento social que tem chegado aos nossos dias, fazendo com que o conhecimento geográfico passe a ser um compêndio mais ou menos amplo de erudiçom universal.

Reivindicas o 'giro espacial' ao pé do advir da pós-modernidade, de cujas novas visons geográficas nos ilustram autores como Edward Soja; do novo urbanismo inspirado pola heterodoxia marxista de autores como Henri Lefebvre, ou da apariçom da Teoria Geral de Sistemas. A sua principal consequência teria sido o passo de umha conceiçom do território como mero suporte físico dos processos histórico-sociais, a umha outra na que o espaço irá ser situado no primeiro lugar da reflexom. Que fatores podem explicar esta mudança de focagem?

Evidentemente, a pós-modernidade implica umha série de riscos que já fôrom mui alertados por diversos autores (neste senso, sempre gostei muito da interpretaçom realizada por Fredric Jameson). Porém, no seu intuito por fazer morrer a história e por anunciar o derrubamento dos grandes relatos (que no fundo significa a morte da temporalidade) fijo emergir, paradoxalmente, um jeito de pensar original muito mais vencelhado à espacialidade. Certo é que essa noçom de espaço resulta perigosa por ser estética e simulacro, reivindicando a justaposiçom de nom-lugares. Daí a crítica mais intensa que se lhe fai a Soja enquanto geógrafo pós-moderno. Mas, aliás, é interessante o seu jeito de entender o processo dialético (o temporal e o social) como umha "trialética" que incluiria o espacial. Por outras palavras, um programa de emancipaçom civilizatório nom pode deixar fora a experiência espacial nem a construçom do lugar, se nom quiger

repetir os erros da modernidade fordista e industrial (sobre tudo no tocante à relaçom humanidade-natureza). É por isso que o território deixa de ser cenário da história e das atividades económicas, para se converter num elemento epistemológico mais integrado de um sistema de pensamento e organizaçom social. Neste contexto, Soja, acusado de "fetichista do espaço", falou, quase como vingança, de pôr o espaço em "primeiro lugar" (depois de decénios a ser negligenciado), mas, sendo sensatos, a leitura que se pode fazer é que, quando menos, ocupe o mesmo lugar que as outras duas esferas.

Os fenómenos de 'soluçom espacial' e de 'acumulaçom por despossessom' que David Harvey analisa; da 'criaçom destrutiva' que Giovanni Arrighi replica, assim como do devir 'nom lugares' dos novos espaços produzidos polo Capital que Fréderic Neyrat advirte, teriam afetado o território galego de jeito bem peculiar, por mor do genuíno carácter antropológico-cultural do nosso povo. Como achas que se resolve este facto?

Harvey explica a importância do espaço no capitalismo seródio e na nova fase de imperialismo ao advertir que, o capitalismo, busca através dele a soluçom às suas crises. E fai-no bem despregando mecanismos de espólio em âmbitos aos que nom chegara (e superficialmente, nom teriam um interesse acumulativo) ou bem adaptando as estruturas prévias aos seus interesses cambiantes. Na Galiza, esses processos, ao meu ver, desembocam em duas circunstáncias: a aniquilaçom dos usos sociais genuínos do espaço e a perda dramática de biodiversidade. Ambas as duas som consequência direta da acumulaçom por despossessom e da implantaçom da soluçom espacial capitalista desde a década de 1960. Visualmente, o desequilíbrio territorial e a crise demográfica constituem sintomas deste processo, que deve acabar por ser entendido como umha perda acelerada e em pouco tempo da complexidade que o território galego possuía (sendo em qualquer caso um sistema frágil).

Como definirias o conceito de 'colapso' que manejas no teu livro, a respeito doutros sensos alternativos possíveis para o mesmo?

O colapso constitui a soluçom espacial do capitalismo para o território galego (e também para outros). A diferença do bolsista, turístico, circulatório ou demográfico, o colapso territorial vai além da noçom de congestom ou caos. Tampouco é apenas umha 'queda' ou umha hecatombe civilizatória.

xiana quintas

"Na Galiza, a aniquilaçom dos usos sociais genuínos do espaço e a perda dramática de biodiversidade som consequência direta da acumulaçom por despossessom e da implantaçom da soluçom espacial capitalista"

Neste caso falamos do estágio disfuncional de um sistema (o territorial) que perde a sua complexidade orgánica. Do que falo é da ideia de que o território foi despojado do seu significado e dos seus lugares (com a sua carga social) para ser convertido num suporte do sistema económico (sem gente que o defenda). Incêndios, eucaliptizaçom, passeios marítimos, portos exteriores, megaminaria, contaminaçom fluvial, despovoaçom e aglomeraçons urbanas ou turistificaçom (entre outros) som mostras de um processo de decomposiçom de um sistema, com o resultado de as pessoas que o habitamos convertermo-nos em 'seres nom cognoscentes'; ou seja, terrivelmente alienados e despossuídos de um dos nossos princípios de identidade: o território.

Susténs que o capital espacial fixo necessário para transitar do sistema territorial tradicional ao moderno de forma equilibrada, e assim, poder-se conservar o mesmo grau de complexidade sociocultural do princípio, na Galiza, resultou reduzido a quase umha expressom estética alheia a qualquer vontade real do conjunto dos seus habitantes. No entanto, quais som as tuas expectativas face as galegas podermos chegar a conjugar, em projetos tam esperançosos como coerentes, a recuperaçom de um imaginário espacial de nosso, com a reapropriaçom material do nosso território?

O trabalho coletivo que temos por diante centra-se na construçom social de lugares. Recuperando a sua memória, mas, sem sermos nostálgicos, dotando-os de novos significados e usos. Penso que nesse senso devemos aprender as grandes liçons do feminismo (e da geografia feminista). Nomeadamente, a extrapolaçom dos cuidados e do sentimento empático que deve ser também aplicado ao espacial, quando assumimos umha postura de intervençom política (por exemplo, quando nos implicamos em como queremos que seja o bairro no que vivemos). De algum jeito, o tipo de pessoas que queremos ser será central para sabermos o lugar no que queremos viver.

LABORAL /

“É necessário deixar de falar de luita sindical desde as trincheiras das elites”

raquel c. pérez
raquelceciliaperez@novas.gal

A ‘Asociación de Estudos Laborais Feministas’ nasce em 2018 para procurar umha resposta a um sistema laboral que nom contempla os cuidados como parte do trabalho, em que as mulheres ficam com umha grande parte dos piores postos no emprego, menores salários e mais temporalidade e em que a formaçom da populaçom em matéria de direitos laborais é “ínfima”. Com a proposta de “deixar de pensar que o cenário é o que colocavam Marx ou Engels”, convidam mais mulheres a juntarem-se ao grupo para continuar a levantar questons. O ‘Novas da Galiza’ fala com as suas integrantes.

Como surge a ‘Asociación de Estudos Laborais Feministas’?

A ideia já estava rondando desde há anos, mas foi após o verao de 2018 que umhas 4-5 mulheres nos juntamos para ver a viabilidade do que poderia ser um sindicato feminista. Nom um sindicato no sentido convencional, mas umha entidade que da perspetiva feminista organizasse as mulheres tendo em conta as nossas necessidades laborais e sociais, à margem de termos contrato laboral ou nom ou de sermos autónomas ou trabalhadoras por conta alheia.

Logo nos demos conta que para criarmos algo que nom existe íamos necessitar de tempo, de trabalho e de mais pessoas. O grupo abriu-se no verão de 2019, tomamos a forma jurídica de associaçom e focámonos no primeiro passo que era formar-nos, dar-nos a conhecer e somar mais vozes ao projeto.

Os nossos objetivos som a defesa dos direitos laborais e a denúncia da sua violaçom; redefinir e ampliar o conceito de trabalho desde a perspetiva da economia feminista, promover a autonomia das trabalhadoras no conhecimento e demanda dos seus direitos, e criar redes de apoio e recursos comuns.

Como se aplica a perspetiva feminista neste campo?

É a base de todo este processo. É colocar a vida no centro, e dizê-lo é mais fácil do que fazê-lo, pero se trata nom só de defender os direitos de trabalho remunerado, mas também de criar redes locais com outras em que nos podamos apoiar, e de criar espaços onde nos perguntemos de que precisamos, como ponto de partida. A resposta pode ser nom ter um trabalho numha empresa ou um negócio próprio, ou nom trabalhar no sentido convencional, seja no que agora chamamos cuidados, ou seja na açom social.

No trabalho da associaçom cara fora aplica-se visibilizando as realidades diferentes que vivemos as mulheres e, em geral, as identidades fora do “homebrancocishetero” nos espaços públicos e no ámbito laboral. Revalorizando desde o valor económico de trabalhos desvalorizados, como os cuidados, assim como outras retribuiçons dentro da economia feminista, como a troca de formaçom e saberes. Em definitivo, conectar o trabalho com a vida.

Isto tentamos pô-lo na prática também dentro da própria associaçom, partindo dumha ética feminista na qual aplicar outras formas de relaçom e organizaçom, que tenham em conta a nossa interdependência e diversidade, e que deixem fora a reproduçom de dinámicas de poder, hierarquias de valores, habilidades ou roles procedentes dumha estrutura patriarcal.

Este 8-M centrou as reivindicaçons nos cuidados, tendes em conta os trabalhos tradicionalmente nom remunerados nos vossos estudos?

A visom convencional de associar trabalho a emprego remunerado tem muito que ver com a ideia capitalista que pom valor económico a todo aquilo do que pode obter beneficio exclusivamente monetário, com a conseguinte fenda social e de género. O trabalho reprodutivo nom recebe a remuneraçom nem o reconhecimento social suficiente para que os grandes grupos sindicais o tenham em conta. Nom fica bem nos números, porque nom tem detrás o poder hegemónico e normativo do capital.

O desafio em que devemos trabalhar é revirarmos semelhante visom e darmos aos cuidados (tarefas invisibilizadas), já nom só valor económico, mas umha ponderaçom mais alta na perceçom social da hierarquizaçom dos trabalhos. Isto é, cuidar da tua família deveria ser visto como um êxito “pessoal”, mais do que ser diretriz dumha multinacional. Os cuidados das pessoas e do ambiente som condiçom *sine qua non* para desenvolver todos os demais trabalhos e atividades, premissa que nom se reflete no sistema económico-social em que vivemos.

Que significou a reforma laboral em matéria de direitos das trabalhadoras?

Nestes anos de crise económica, a reforma laboral, em combinaçom com os cortes em gasto público

(em serviços sociais especialmente), acarretárom umha deterioraçom substancial nas condiçons laborais e de cotizaçons das mulheres. Regulaçons de emprego, modificaçom nas cotizaçons dos contratos a jornada parcial, parálise de planos de igualdade e conciliaçom, flexibilizaçom do despido .... Todo isso jogou em contra das mulheres, que continuamos a ver como os nossos salários som quase 25% mais baixos que os dos homens, que assinamos a maior parte dos contratos a jornada parcial e temporários, que temos umha maior taxa de desemprego em todas as faixas etárias e que vemos com desgosto e preocupaçom como dous terços das pensionistas estám abaixo do limiar da pobreza.

Os sindicatos tradicionais falhárom no momento de se adaptar às mudanças no ámbito laboral?

Os sindicatos tradicionais deixárom de alinhar com firmeza com as pessoas trabalhadoras e tiveérom nestes anos posiçons mui tépidas ante os atropelos das reformas laborais, regulaçons de emprego e perdas de direitos laborais e mesmo civis. Nalgum momento começárom a afastar-se da cidadania e perdérom credibilidade. Ademais, estám articulados com estruturas organizativas e de funcionamento mui rígidas e patriarcais, difíceis de dinamizar e de adaptar às demandas e necessidades das mulheres trabalhadoras.

Tampouco representam a diversidade de trabalhadoras que existe na atualidade. Há muitas mulheres que som autónomas (dadas ou nom de alta formalmente na segurança social), trabalhadoras independentes, nas áreas de serviços sociais, atençom sanitária, educaçom nom-formal, de género, tecnologias, arte... gerindo pequenos comércios e serviços, ou formando cooperativas. Assumem com frequência em solitário e soidade toda a carga administrativa e fiscal do sistema laboral, com condiçons injustas que dificultam o seu trabalho e vida, pero nom contam para os sindicatos. Como tampouco contam as mulheres que cuidam, que realmente sustentam o mundo, nom entram dentro do conceito de trabalho oficial e patriarcal. E portanto ficam fora.

É necessitaria umha perspetiva feminista que redefina e amplie o conceito de trabalho como principal objetivo e fundamento da sua açom e estudo. Deixar de pensar que o cenário é o que colocavam Marx ou Engels. É necessário situar-se no século XXI e deixar de falar de luita sindical desde as trincheiras das elites para começar a ser umha ferramenta útil, acessível e gerada a partir da base.

Notades a faltar umha maior formaçom da populaçom em matéria de direitos? Quais som as principais dificuldades para as pessoas acederem a estes conhecimentos?

"Trata-se também de criar redes locais com outras em que nos podamos apoiar, e de criar espaços onde nos perguntemos de que precisamos"

Os conhecimentos que possui a maioria da populaçom sobre os seus direitos (em geral e nom só os laborais) som ínfimos. Este desconhecimento desempodera, torna-nos mais vulneráveis ainda diante dos possíveis abusos de quem detém o poder e o capital.

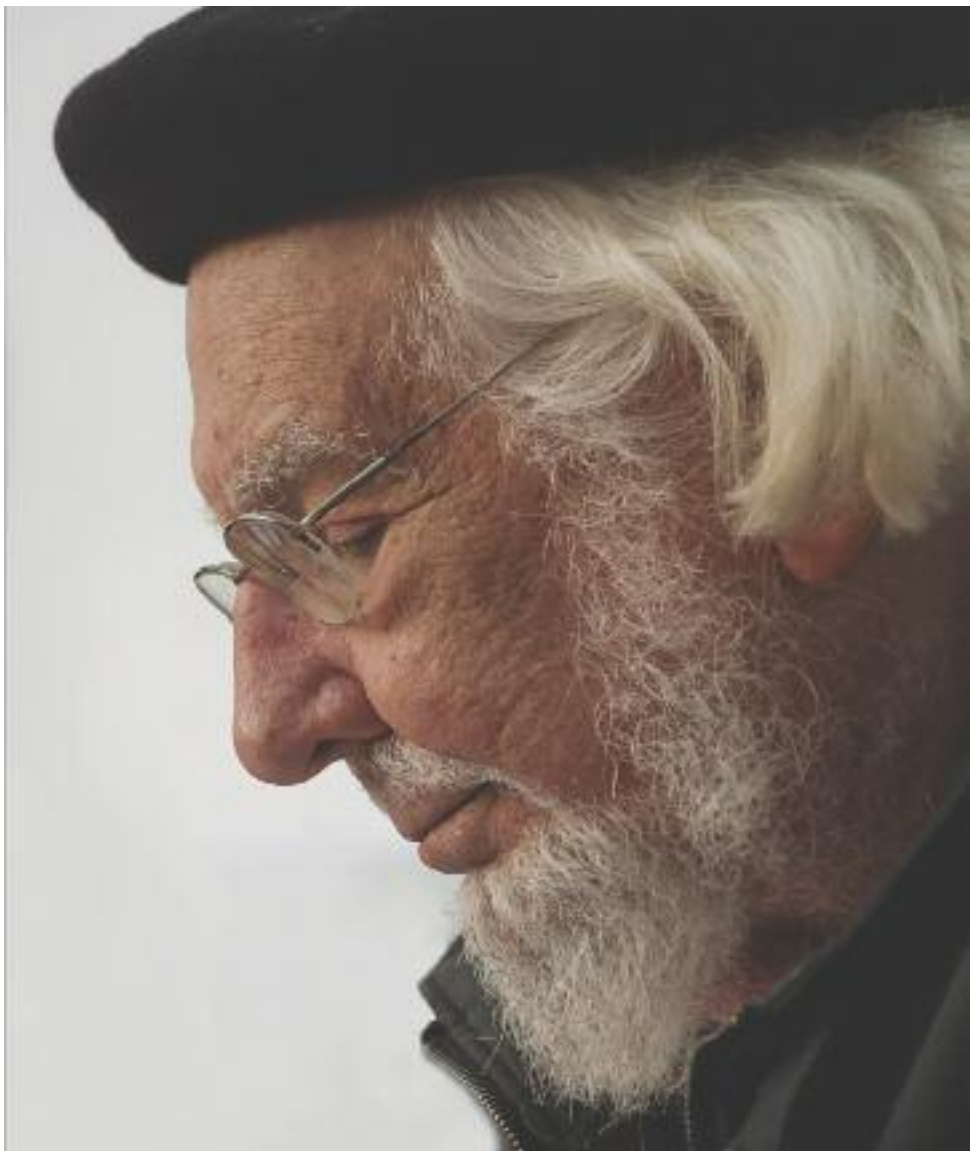
As ferramentas existentes para o acesso a esta informaçom fôrom criadas por quem nom precisa delas polo que, à semelhança do que acontece com outros consentimentos, ficam relegados a umha "elite" da sociedade que pode contratar aconselhamento ou dispom dumha vida privilegiada em que nom é necessário. Nos planos de estudos obrigatórios nom se contemplam como conhecimentos básicos para logo poderes enfrentar a etapa adulta com autonomia.

Nom podemos pedir a ninguém que se sente a estudar textos legais, expressos numha gíria mui afastada da linguagem comum. Há que "traduzi-los" e torná-los compreensíveis a todas as pessoas com independência da idade ou formaçom académica. Por isso, constitui esta umha das áreas de trabalho da Aselafem, a da formaçom e divulgaçom.

Na associaçom já figemos umha atividade em novembro de 2019 'Surfando nas leis', com mui boa participaçom, tratando precisamente o ámbito do direito laboral. Está claro que se nom sabemos que direitos temos nom os imos utilizar, e nunca nos imos considerar agentes ativas da sociedade.

O grande desafio é que luitamos contra um sistema que nos marca cada hora do dia, especialmente às mulheres que temos de conciliar o trabalho reprodutivo com os trabalhos produtivos remunerados, cumprindo as expectativas e horários impossíveis da sociedade patriarcal. Isto, sem dúvida, deixa-nos pouco tempo para nós e o nosso cuidado, e muito menos para sermos parte da construçom política da sociedade.

Um projeto laboral feminista que queira que a sua base sejam as mulheres tem que ter em conta as nossas necessidades e dificuldades em participar, a nossa diversidade, a nossa vulnerabilidade. O caminho pode ser difícil, mas na associaçom temos a certeza de que dando um passo após outro aprenderemos a caminhar juntas. E queremos que muitas mais se juntem a nós.



Ernesto Cardenal dirigiu o único Ministério de Cultura da história de Nicarágua, lembrado pola Cruzada Nacional de Alfabetização

Uma árvore plantada junto a uma fonte

iván cuevas

Em 1979, quando o sandinismo toma Nicarágua, o Ministério de Cultura publica o primeiro livro do governo revolucionário: *Cantos de amor y guerra*, um volume de poesia cujos versos correram entre os guerrilheiros. O autor era Gaspar García Laviana, sacerdote asturiano que morrera em combate um ano antes na frente sul.

Poeta foi também, até a sua morte com 95 anos, Ernesto Cardenal. Figura central da literatura em castelhano da segunda metade do XX, publicou quase cinquenta livros, fundou editoras ou antologou a poesia de línguas sem escrita. Bebendo do modernismo norte-americano, a sua obra quis ser clara sem deixar por isso de ser forte e os seus versos são sempre de amor, sem distinguir entre o lírico e o revolucionário: *Me contaron que estabas enamorada de otro / y entonces me fui a mi cuarto / y escribí ese artículo contra el Gobierno / por el que estoy preso*.

Mas Cardenal entendera também a religião como uma ferramenta de amor. Como sacerdote, fundou em 1965 uma comunidade primitivista no arquipélago de Solentiname, que se converteria numa das capitais da teologia da libertação que acendeu as igrejas da América Latina. Ali, campesinhos e marinheiros pintavam, liam poemas e discutiam o evangelho em troques de receber sermões. O acesso à cultura e à reflexão levaram muitos deles a entrar na Frente Sandinista de Libertação Nacional, e o ditador Anastasio Somoza destruiu a comunidade em 1977.

Cardenal dirigiu de 1979 a 1987 o único Ministério de Cultura da história de Nicarágua, lembrado pola Cruzada Nacional de Alfabetização que mobilizou miles de voluntários e reduziu o analfabetismo do país de 50% a menos de 13%, educando não só em castelhano, senão também em inglês, miskito e sumo. No prólogo ao livro de García Laviana, Cardenal anunciava: "Estes poemas vão lê-los os campesinhos de Nicarágua que ainda não podem ler mas poderão aginha".

O momento mais icónico do seu mandato ministerial é, contudo, a receção a João Paulo II em 1983. Num gesto que o tempo virou mais de reivindicação que de submissão, Cardenal ajoelhou-se diante do papa e este rifou-lhe em público, exigindo-lhe "reconciliar-se com a Igreja". A imagem simboliza duas visões da religião: a progressista da teologia da libertação e a neoliberal. Ao dia seguinte, enquanto Wojtyła realizava um duro discurso contra o sandinismo, a multidão calava-o berrando "Entre cristianismo e revolução não há contradição". O papa suspenderia Cardenal do exercício do sacerdócio, suspensão que não se levantou até 2014.

Tentaram tirar-lhe também o nome de sandinista. A rutura com Daniel Ortega, logo de este tomar em 1994 o poder total do FSLN e de iniciar uma política "centrista" baixo suspeitas de corrupção, valeu-lhe uma multa de 800.000 dólares em defesa da propriedade privada dalguns prédios de Solentiname. Seguidores de Ortega, no meio da crise do governo, invadiram o passado 4 de março o funeral de Cardenal para atirar pedras à caixa e chamá-lo traidor.

Na sua vida foi incessante a luita polo amor contra as hierarquias, forem estas somozistas, católicas ou orteguianas. Na sua memória, bem podemos recitar estes seus versos: *Bienaventurado el hombre que no sigue las consignas del Partido / ni asiste a sus mítines / ni se sienta en la mesa con los gangsters / ni con los Generales en el Consejo de Guerra / Bienaventurado el hombre que no espía a su hermano / ni delata a su compañero de colegio /Bienaventurado el hombre que no lee los anuncios comerciales / ni escucha sus radios / ni cree en sus slogans. // Será como un árbol plantado junto a una fuente.*

CENTROSOCIAIS

COMPOSTELA/
O PICHEL
Santa Clara
CASA DE SAR
Curros Enríquez

VIGO/
A COVA DOS RATOS
Romil
DISTRITO 09
Coia
FAISCA
Calvario
A REVOLTA DO BERBÊS
Rua Real

OURENSE/
CSO A KASA NEGRA
Perdigom
A GALLEIRA
Praça Sam Cosme

SALZEDA DE CASELAS/
O MATADOIRO
Senda do rio Landres

RIBEIRA/
CSA O FERVEDOIRO
Rua Mendes Nunes

LUGO/
CS MADIA LEVA
Serra dos Ancares
CS VAGALUME
Rua das Nóreas

A CORUNHA/
CS A COMUNA
Doutor Ferrant
CS GOMES GAIOSO
Marconi
ATENEO LIBERTÁRIO XOSÉ TARRIO
Gil Vicente

FERROL/
CS ARTÁBRIA
Trav. Batalhons
ATENEO FERROLAN
Magdalena

NAROM/
CS A REVOLTA DE TRASANCOS
Alcalde Quintanilla

ALHARIZ/
CSA CAMBALHOTA
Caminho do Castelo

A GUARDA/
O FUSCALHO
Frente a Atalaia

PONTE D'EUME/
LS DO COLECTIVO TERRA
Boa Vista
CSOA A CASA DA ESTACION
Avda. Ferrol

BURELA/
CS XEBRA
Leandro Curcuny

PONTE VEDRA/
LICEO MUTANTE
Rosalia de Castro
O QUILOMBO
Princesa

CANGAS/
A TIRADOURA
Reboredo

CASTROVERDE/
A CHAVES DAS NOCES
Sam Juliam de Pereiramá

SÁRRIA/
BURIL
Travessia da Rua Nova

O QUE FAZER?

CAMPANHA SOLIDÁRIA. Perante o atual estado de alarme nom se celebrarám as concentraçons mensais em apoio ao jejum do Coletivo de Pres@s Independentistas Galeg@s. Ainda assim, coletivos como Briga, Ceivar ou Que Voltem animam a escrever às presas e presos indenpendentistas, quem estám a ver restringidas as suas comunicaçons com o exterior polas medidas de exceçom decretadas polo governo espanhol perante o surto da Covid-19.

isto nom é um periódico

nas tuas maos tes umha ferramenta
feita com o trabalho de muitas pessoas que cada mês fam a sua achega à construçom dum meio próprio, que acompanhe a galiza que se move e abra fendas nas estreitas paredes do discurso dos poderes.

mas esse trabalho, do jornalístico à distribuiçom, move-se graças ao motor da nossa comunidade de leitoras. desde a aposta firme na independência informativa, as subscriçons som a garantia de mais e melhor informaçom crítica, mais e melhor novas da galiza.
por isso, está também na tua mao.

fai-no possível
em www.novas.gal/loja

Os Ninguéns
foro socioeducativo

"Quem fica de fora do sistema só recebe ajudas que o mantenhem na margem"

raquel c. pérez
raquelceciliaperez@novas.gal

Antón Bouzas é integrante do foro socioeducativo 'Os Ninguéns'. Nesta situaçom de quarentena, o coletivo deu continuidade ao seu trabalho a prol das pessoas em risco de pobreza e exclusom demandando medidas efetivas e articulando um grupo de ajuda.

Quando e por que surge este coletivo?

O foro socioeducativo 'Os Ninguéns' nasceu há cinco anos em Vigo, por iniciativa dum grupo de pessoas que trabalhamos no entorno da pobreza, com quem nom tem as suas necessidades básicas cobertas ou vive em pobreza severa. O objetivo nom é oferecer-lhes ajudas diretas, pois consideramos que o sistema económico e político atual gera sistematicamente pobreza, mas dar visibilidade a esta parte da populaçom. Há que lembrar que estamos a falar de que na Galiza arredor de 600.000 pessoas vivem sob o limiar da pobreza. Delas, 61.000 moram em Vigo. Tanto as instituiçons como os meios de comunicaçom ignoram a sua situaçom.

A pobreza continua, pois, a estar fortemente estigmatizada.

Sim, mesmo as próprias pessoas que sofrem esta situaçom ocultam-na às suas famílias em muitas ocasions. Sentem vergonha na hora de pedirem ajuda e, ao contrário do que no caso doutros coletivos, a organizaçom em associaçons ou plataformas é complexa. Por outro lado, as soluçons oferecidas a estas pessoas som apenas parches. Os albergues, por exemplo. Em Vigo as pessoas podem ficar hospedadas num durante dez dias e depois voltam à rua, às choupanas. A vivenda é umha das grandes problemáticas para estas pessoas, num contexto de rendas cada vez mais altas e ajudas insuficientes. A situaçom é tam extrema que 571 pessoas fôrom expulsas no passado ano pola falta de pagamento da renda. Estou a falar de famílias, também, com crianças.

Ademais da proporçom das achegas, outra das problemáticas habituais radica nas formalidades administrativas, mui lentas.

Desde já, se falarmos em cifras, as beneficiárias da Risga (a Renda de Inclusom Social da Galiza) recebem uns 450 euros, que podem aumentar se a solicitante tem crianças ao seu cargo: 70 euros mais pola primeira e 50 pola segunda. Julgamos que com estas receitas nom é possível viver. 'Os Ninguéns' demanda políticas públicas que mudem realmente a situaçom destas pessoas, som necessárias mudanças estruturais que fagam face também aos baixos salários, aos empregos sem contrato ou ao trabalho temporário e precário. Todos os anos as estatísticas mostram que a pobreza persiste e que é herdada. É um barco que nunca chega a afundir, mas que sempre permanece mergulhado. E estar-se nele afeta à saúde, provoca stress, ansiedade. Também umha má alimentaçom, pois muitas pessoas dependem de comedores sociais ou bancos de alimentos. O plano de choque contra a pobreza da Uniom Europeia estabeleceu umha taxa, a taxa Arope, que calcula os ingressos que precisa uma pessoa para deixar atrás a sua situaçom de exclusom. Um indivíduo iria precisar, como mínimo, uns 760 euros; umha família com três crianças, 1.600 euros. Ademais exigimos que a pobreza nom seja levada pela via judicial. Se nom há a possibilidade de aceder a umha vivenda social, problemas como os despejos vam acabar por se reptir umha e outra vez. Quem fica de fora do sistema nom pode receber ajudas que o mantenham na margem.

O quê implicou o surto de coronavírus e as medidas do Governo estatal?

O Concelho de Vigo oferece um telefone, o 010, para que a trabalhadora social contacte pessoas vulneráveis concedendo-lhes ajudas extra. O serviço desbordou rapidamente, porém achamos bem que se adotem medidas, se bem entendemos que nom som suficientes. Recentemente escrevemos ao Ministério de Justiça demandando que se rematasse com os despejos e se aprovasse umha moratória do aluguer, nom só da hipoteca. Também nos dirigimos à conselheira de Política Social, Fabiola García, para pedir-lhe que aborde o aumento da quantia das prestaçons, quando menos neste período de crise, aproximando-as o mais possível da taxa Arope. Ademais, criamos um grupo de autoapoio telefónico com as integrantes para ajudá-las e orientá-las.

30

Raul Rios

Venho de fazer 30 anos. Trinta anos como trinta labaçadas. Há um Raul que se acha racional e que teima em nom prestar-lhe muita atençom ao facto: "Dar-lhe importância às décadas é umha convençom social. O dia do teu aniversário segues a ser o mesmo que o do dia anterior. O importante é como tu te sentes", di o fulano.

Há outro Raul, que nom sei como definir (e que, suspeito, é o mesmo que o de antes), que nom pode evitar pensar que o seu pai já era o seu pai quando tinha a sua idade. Um ao que lhe dói o lumbago e ao que lhe duram as ressacas até as segundas-feiras. Numha tentativa racionalizadora pensa "nom há que preocupar-se por envelhecer", e lembra os senhoros que se esforçam por viver numha eterna juventude, e nom quer acabar assim. E pensa na precariedade laboral e nas instabilidades várias da nossa época, duvidando sobre se essas cousas provocam um "retraso da madurez" ou se simplesmente agora vivemos a madurez doutro jeito, ou se um bocado das duas.

O outro dia ouvim dizer a um rapaz de quarto de carreira que em Compostela existe um ambiente alternativo que "nós desconhecemos" (que eles desconhecem), de gente de "mediana idade, quer dizer, vinte e muitos [!], trinta, quarenta", e que esse ambiente também tem o seu interesse. Descubro que o referido ambiente é tudo o que nom é o ambiente universitário das quintas-feiras. "Terei que experimentar, logo", pensei. Um começa a agradecer, modestamente, a perspetiva dos anos.

Polo de agora, este ano a ceia de Natal dos colegas da universidade passou a ser jantar de Natal. E fechámos o Maycar.

P.S.: O autor pede desculpas às leitoras e aos leitores com idades superiores aos 40.
P.P.S.: A primeira ideia deste texto foi redigida em datas próximas do meu aniversário. No momento da ediçom final já esquecera o assunto. Sejam otimistas.